



11

ATA N.º 59/XII-4º/2020-21

1 - Aos vinte cinco dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e um, pelas 21H15, por videoconferência através da plataforma cisco webex meetings, realizou-se a primeira reunião da Sessão Ordinária de fevereiro da Assembleia Municipal de Almada, com a seguinte agenda:

1 - Período de Intervenção dos Cidadãos

2 - Período de Antes da Ordem do Dia

3 - Período da Ordem do Dia

3.1 – Alteração à Composição das Comissões Permanentes;

3.2 – Apreciação da Informação da Presidente da Câmara Acerca da Atividade Municipal;

3.3 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre Programa de apoio aos estabelecimentos de restauração e bebidas e pequeno comércio;

3.4 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre Regime Excecional aplicável às Autarquias Locais no âmbito da Pandemia da Doença COVID-19 – Medidas no âmbito da atuação da Wemob, E.M., S.A.;

3.5 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre Contratação de Empréstimo até 10.000.000€;

3.6 – Proposta de aditamento ao Regulamento da Assembleia Municipal Jovem de Almada.

2 – Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente José Joaquim Leitão, pelo 1º Secretário Paulo Viegas e pela 2ª Secretária Ana Paula Silva.

3 - Fez-se a chamada dos/as Senhores/as Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

3.1 – Responderam à chamada os/as seguintes Senhores/as Deputados/as Municipais:

José Joaquim Machado Courinha Leitão; Ana Margarida Machado da Silva Lourenço; Ivan da Costa Gonçalves; Ana Marques Serra e Moura Salvado; João Ricardo Lourenço Quintino; Paulo Filipe Pereira Viegas; Vítor Manuel dos Santos Castanheira; Henrique Alexandre Margarido de Almeida; Ana Paula Alves da Silva; Sérgio Cantante Faria de Bastos; Bruno Ramos Dias; Carlos Manuel Coelho Revés; José Alberto Azevedo Lourenço; João Eduardo Alves de Moura Galdes; Sónia Tchissole Pires da Silva; Nuno Miguel Costa Gonçalves; Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho; Daniel Pedro Sobral; Maria Luís Casanova Morgado Dias de Albuquerque; António Francisco Salgueiro; Augusto António Brinquete Proença; Marina Alexandra Pereira Lopes; Inês Pezarat Correia Bom; José António Espírito Santo Rocha; Fátima Maria da Silva Nogueira Marras; Artur Jorge de Jesus Alfama; António Pedro Rodrigues do Livramento Maco; Carlos Fernando Gonçalves Guedes; Sílvia Maria Mendes de Sousa; Teresa Paula de Sousa Coelho; Pedro Miguel de Amorim Matias; José Ricardo Dias Martins e Luís Filipe Almeida Palma.

4 - Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 40º, do Regimento da Assembleia, registaram-se os seguintes procedimentos:

4.1 – O Senhor Presidente procedeu ao anúncio das comunicações dos/as Senhores/as Deputados/as Municipais Débora Figueiredo de Carvalho Rodrigues (PS), José Manuel Maia Nunes de Almeida (CDU); Elisabete Peres Pereira (CDU); Eva Sofia Borges de Araújo Gomes (CDU).

4.1.1 – Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse os/as eleitos/as Pedro Miguel Dias Rodrigues Pereira (PS); José Gabriel Guiomar Joaquim (CDU); Mara Rita Silva Martins (CDU); António José Olaio da Silva (CDU) por impedimento Jorge Miguel Oliveira Feliciano, Mário José de Sousa Pedroso e Andreia Sofia Fernandes Egas.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

4.1.2 – O Senhor Presidente da União de Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, Ricardo Jorge Cordeiro Louçã solicitou a sua substituição pelo eleito João Fernando Filipe Marcos.

4.2 - O Senhor Presidente comunicou ainda à Assembleia, tendo em conta a informação da Câmara Municipal, a presença do Senhor Vereador Luís Filipe Pereira em substituição da Senhora Vereadora Joana Mortágua.

4.3 – O Senhor Presidente deu Informação à Assembleia Municipal, relativamente aos Requerimentos dos Senhores/as Deputados/as Municipais dirigidos à Câmara Municipal:

4.3.1 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Artur Alfama (PAN) sobre “situação do Serviço Veterinário Municipal num caso de criação de pitbulls em situação de maus-tratos”, enviado para a Câmara Municipal em 4/12/2020, ainda não foi respondido;

4.3.2 - O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) sobre Julgados de Paz em Almada, enviado para a Câmara Municipal em 18/5/2020, ainda não foi respondido;

4.3.3 - O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) sobre aquisição de terrenos e início do projeto Almada Cidade da Água na Margueira em Cacilhas, enviado para a Câmara Municipal em 4/6/2020, ainda não foi respondido;

4.3.4 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) sobre requalificação das baterias de Alpena e Raposeira na Trafaria, enviado para a Câmara Municipal em 18/6/2020, ainda não foi respondido;

4.3.5 - O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) sobre combate COVID-19 Escolas, enviado para a Câmara Municipal em 14/7/2020, ainda não foi respondido;

4.3.6 - O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) sobre intervenções no âmbito da reabilitação, requalificação e da conservação e segurança de imóveis no Concelho de Almada, enviado para a Câmara Municipal em 11/01/2021, ainda não foi respondido;

4.3.7 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal João Geraldês (CDU) sobre informação detalhada e completa sobre a situação da empresa ETC no Porto Brandão, enviado para a Câmara Municipal em 7/10/2020, ainda não foi respondido;

4.3.8 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal João Geraldês (CDU) sobre publicação oficial do Regulamento Municipal do Provedor dos Animais de Almada no Diário de República desrespeita deliberação da Assembleia Municipal, enviado para a Câmara Municipal em 28/10/2020, ainda não foi respondido;

4.3.9 – O requerimento apresentado pela Senhora Deputada Municipal Sílvia Sousa (Ind) sobre medidas de combate à pandemia COVID19 de saúde pública e económica, enviado para a Câmara Municipal em 24/4/2020, ainda não foi respondido;

4.3.10 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal José Rocha (BE) sobre tarifa social de água, enviado para a Câmara Municipal em 29/10/2020, ainda não foi respondido.

5 - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

5.1 - Usaram da palavra os Senhores Múncipes Carlos Manuel Quintelas, José Carlos Rodrigues Nunes, Luís António Ricardo e Paulo Jorge Afonso Fernandes.

5.1.1 – O Senhor Múncipe Carlos Manuel Quintelas:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Esta intervenção prende-se com a necessidade reconhecida de obras na Escola Básica Cataventos da Paz e vem na sequência de um processo que passo agora a retratar:

Durante o ano letivo 2018-2019, foi feito um levantamento dos problemas do edifício da Escola, dos quais eu destaco várias infiltrações em salas de aula, bolor acumulado, esse levantamento foi feito, foram iniciados



contactos entre a Escola, Agrupamento e Câmara Municipal, isto durante o ano letivo 2018-2019. No início de 2020, confirmando a urgência da intervenção, é realizado um relatório por técnicos que confirma de facto, a urgência da intervenção, após uma visita à Escola dia 7 de janeiro. Depois, o processo progride e em abril do ano passado, parecia estar tudo a correr muito bem. Portanto, a 6 de abril o Agrupamento é informado de que a obra foi adjudicada, combinaram-se procedimentos, é feita uma visita à Escola no dia 15 de abril por responsáveis da obra e a coordenação da escola é informada, aliás, as palavras são estas: “a intervenção está prevista para ter início no próximo dia 18 de maio”, entenda-se 18 de maio de 2020, “neste momento a empresa irá iniciar a intervenção na Escola Básica da Cova da Piedade, para depois seguir para a Escola Básica Cataventos da Paz”. O 18 de maio já passou há algum tempo, entretanto passou junho, passou julho, no final de julho a coordenação da escola enviou um email a pedir informações para saber o que se passava e a resposta foi zero. Inicia-se um novo ano letivo e os problemas agudizam-se com a implementação do Plano de Contingência da Escola, que obriga nomeadamente, as crianças estarem mais tempo na sala de aula. Portanto, crianças a respirarem o ar de paredes bolorentas. Portanto, a dia 8 de outubro, é a Associação de Pais que toma a iniciativa de contactar a Câmara Municipal, todos estes contactos foram com a Dr.ª Maria João Antunes. A resposta a esse contacto também foi zero. A 29 de outubro, mais dois contactos desta vez por parte da coordenação da escola e mais uma vez resposta zero. Portanto, o que provocou que eu aqui viesse, é que tenho duas questões relacionadas com o caso e uma de âmbito político, que tem a ver com a ausência de resposta. Eu pergunto o que é que leva uma Divisão de Educação de uma Autarquia, responsável pelo edifício, não responder à coordenação da escola. Não compreendo, isto deixa-me perplexo. Das duas uma, é enfiar a cabeça na areia como a avestruz e esperar que o problema passe. Dois, é uma ineficiência dos serviços. Três, outra hipótese, será o desrespeito pelas instituições do Concelho e pelos municípios. Eu gostava de ver esclarecido, justificada esta ausência de resposta. Não consigo compreender. E outra, claro, tem a ver com o problema concreto. Isto é uma Escola Básica, com um Jardim de Infância, tem crianças dos 3 aos 10 anos, portanto, crianças que estão a respirar o ar que todos imaginamos, que um ar com paredes bolorentas, nas palavras escritas no relatório, paredes pretas, é disto que estamos a falar, riscos para a saúde e para o desenvolvimento. Portanto, nós aquilo que gostávamos de saber é quando é que as obras vão avançar, é muito simples. Se foi adjudicado, não houve informação, espero ter informação agora, quando é que as obras vão avançar para resolvermos este problema. Este é um problema relativamente simples. Não estamos a pedir nenhuma intervenção de grande envergadura, não que não devesse haver uma intervenção de grande envergadura, se Almada quer ser realmente um farol na educação, é claro que temos que começar pelas escolas e era uma grande oportunidade que este executivo com qualquer outro executivo tem, de investimento. Portanto é isto que eu queria perceber e que me fosse respondido.”

5.1.2 – O Senhor Município José Carlos Rodrigues Nunes:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu sou José Carlos Rodrigues Nunes, e nesta intervenção estou em representação da Associação de Moradores dos Capuchos, como Presidente da Direção. Como município e enquanto representante de uma associação, que faz parte integrante do Movimento Associativo de Almada, agradeço a oportunidade que nos é oferecida de participar nesta reunião da Assembleia Municipal de Almada.

Pretendo apresentar 3 situações, já muito antigas e também já analisadas em diversas reuniões com representantes da Câmara Municipal. Mas, até ao presente sem qualquer resposta concreta. Estas situações são as seguintes:

Repavimentação da rua Lourenço Pires de Tábua, da rua dos Capuchos e da rua Estrelinha. O pavimento encontra-se muito degradado, esburacado em vários sítios e bastante elevado em muitos outros, representando perigo para a circulação das viaturas e das pessoas, e não são poucas aquelas que pretendem visitar o histórico Convento dos Capuchos, e o magnífico Miradouro dos Capuchos.

Segunda situação. Em relação à Estrada Nacional 10/1, entre a rotunda junto do Colégio Campo das Flores, e enfrente ao Hotel Aldeia dos Capuchos, é necessária a repavimentação, a organização de passeios, e um adequado sistema de controlo de velocidade. A atual situação representa evidente perigo para os moradores.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

A urgente necessidade de reabilitação do espaço que foi ocupado pela antiga escola primária dos Capuchos, na zona central dos Capuchos e rodeado de habitações, até ao momento devoluto e repleto de vegetação selvagem.

A Associação de Moradores dos Capuchos, já apresentou à Câmara Municipal de Almada, proposta para a ocupação daquele espaço, envolvendo a criação de um pequeno jardim, com mesas e bancos e alguns aparelhos para fazer ginástica. E como disse, em relação a estas 3 situações, e não são todas, nós ainda não obtivemos qualquer resposta concreta, não obstante de todas as intervenções que fizemos.

Aproveito para agradecer a vossa atenção e pedido da adequada intervenção.”

5.1.3 – O Senhor Município Luís António Augusto Ricardo:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu sou voluntário no Parque da Paz, faço uma ação de voluntariado por conta própria, faço vigilância, proteção dos animais, concretamente ali as aves, um trabalho que consiste em evitar agressões aos animais por parte das pessoas, por parte dos cães também, são situações frequentes. Também ações de sensibilização, no que toca ao respeito a ter para com os animais e também o tratamento, tratamento de pequenas lesões nas aves. Concretamente, a extração de linhas que se encontram nas patas desses animais. Depois causam necroses muito rapidamente e os animais acabam por ficar doentes e depois muitos até acabam por morrer. O problema aqui é o seguinte: desde que entrou aqui o confinamento, aquela área, o Parque, nomeadamente a área onde eu faço a minha intervenção voluntária, ficou interdita. Para eu poder continuar a trabalhar lá, necessito de um documento. Manifestei a minha preocupação com o Senhor Provedor dos Animais de Almada, Nuno Paixão, no dia 15 de janeiro. No dia 15 de janeiro, o Senhor Provedor, em resposta ao email que lhe enviei, disse-me que tinha todo o gosto em trabalhar comigo, para me inscrever, que seria também voluntário da procuradoria dos animais, e que tinha todo o gosto em abrir um grupo de trabalho ligado às aves. Muito bem. Depois dia 29 reuni-me com o Senhor Provedor, o qual me garantiu o documento, que me iria passar o documento, que me iria possibilitar de trabalhar naquela zona com os animais. O que acontece é que até hoje não recebi esse documento e, portanto, a minha preocupação é que depois os animais que estão ali ao abandono. Portanto, venho aqui solicitar que me deem pelo menos 30 minutos de trabalho voluntário naquela zona, 3 vezes por semana, evitando os fins de semana. Isto é o que eu solicito e que agradecia imenso.

Em relação ao Orçamento Participativo, eu dou os parabéns à Câmara Municipal, é uma iniciativa muito interessante. Devo dizer que avancei também com uma proposta para a criação de pombais, são pombais contracetivos, e esses são pombais que já existem em muitas cidades da Europa e que gostaria imenso que os Senhores/as Deputados/as Municipais, a Senhora Presidente da Câmara Municipal, se debruçassem sobre este assunto de uma forma séria, porque seria ótimo para criar aqui uma harmonia entre municípios e os animais. Devo referir que em relação aquele problema que mais me causa preocupação, que é a questão de facto, daquele problema das linhas nas patas dos animais. Os animais se eu não estiver lá para as retirar, muito rapidamente vão ter problemas. Os Senhores têm um vídeo que eu coloquei no site da Câmara Municipal, onde veem uma intervenção minha na extração de linhas nas patas de uma ave e espero que com isso também se sensibilizem e me possam dar luz verde para eu continuar a fazer esta ação de voluntariado em prole dessas aves da nossa cidade.

Posto isto, agradeço a vossa atenção e a oportunidade que me deram.”

5.1.4 – O Senhor Município Paulo Jorge Fernandes:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Senhor Município fez uma denúncia sobre uns cães pitbull maltratados. A sua intervenção não foi audível por dificuldade na transmissão de som, mas percebeu-se o assunto. A Senhora Presidente da Câmara informou que a Câmara tinha conhecimento da situação e iria dar uma resposta.



5.2 - Em resposta aos Senhores Múncipes, prestando esclarecimentos e informações, usaram da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Vereador Nuno Matias, o Senhor Vice-Presidente João Couvaneiro, o Senhor Vereador Miguel Salvado e o Senhor Deputado Municipal Artur Alfama (PAN).

5.2.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Depois da minha intervenção solicito ao Senhor Presidente da Mesa que me permita passar a palavra aos Senhores Vereadores responsáveis para responder às questões em concreto. Quero, no entanto, dizer, ao Senhor Múncipe Paulo Jorge Afonso Fernandes, que relativamente a este caso estamos de facto, a seguir esta matéria e que depois o Senhor Vereador Nuno Matias poderá dar esclarecimentos mais detalhados. De qualquer maneira, dizer que, eu própria estou neste momento também a acompanhar este assunto.

Relativamente ao Senhor Múncipe Carlos Quintelas, dizer também que passarei a palavra se o Senhor Presidente me permitir, ao Senhor Vice-Presidente, relativamente à Escola Básica Cataventos da Paz, dizer que é de facto, uma grande preocupação, nós temos muitas escolas a precisarem de intervenções, umas maiores, outras menores, lembrar que há um plano de intervenções nas várias escolas, e certamente o Senhor Vice-Presidente irá dar uma resposta mais detalhada, do que é que aconteceu desde de abril, deverá estar certamente incluída numa empreitada para reabilitação de escolas. Não escondo que as coisas não têm sido fáceis, mesmo ao nível das nossas empreitadas, portanto, não depende apenas da nossa vontade, temos conseguido manter uma série de obras programadas, mas o COVID, as dificuldades também passaram pelos empreiteiros, quero deixar isso claro. Ou seja, muitas das empreitadas que estavam previstas ou foram adiadas, ou foram atrasadas, às vezes é a mesma empresa que ganhou um concurso de reabilitação e que tem várias obras para fazer, e que é um facto de que há atraso nas obras, portanto, acho que não vale a pena escamotear esse facto. Há atrasos nas obras, porque às vezes de um dia para o outro se aparece um caso, é toda uma equipa que vai para casa, toda uma equipa que vai para casa. Portanto, é uma dificuldade que temos enfrentado. Não lhe posso dizer concretamente relativamente a esta Escola, mas aproveito este momento para dar este enquadramento geral. Com toda a frontalidade lhe digo, pode ter estado previsto, estava previsto, estava tudo em andamento, pode ter havido de facto, um atraso, não é má vontade de ninguém, nem dos serviços, nem da Câmara Municipal e naturalmente, outra questão é a questão de uma resposta que deve ser dada.

Cumprimentar o Senhor Múncipe José Carlos Nunes, já não o via há algum tempo. Dizer qui também que com a permissão do Senhor Presidente da Mesa, passarei também a palavra ao Senhor Vereador Miguel Salvado, mas que, aqui também há uma empreitada prevista justamente para esta zona e esta rua, tal como tinha sido nosso compromisso.

Relativamente ao Senhor Múncipe Luís Ricardo, também passarei a palavra ao Senhor Vereador Nuno Matias, embora estranho essa proibição no Parque da Paz, porque o Parque da Paz não está, nem nunca esteve interditado às pessoas. Ou seja, para prática de desporto, para passeio, tentarei saber qual é a questão, mas 30 minutos não sei a que tipo de interdição se refere, mas de qualquer maneira tentarei ver. De qualquer maneira, agradeço desde já todo o seu trabalho como voluntário na salvaguarda das aves e é verdade que muitas vezes as pessoas acham que salvaguarda dos animais são animais de companhia que lhes são mais próximos. Portanto, quero deixar-lhe aqui uma palavra de agradecimento pelo trabalho que fez.”

5.2.2 – O Senhor Vereador Nuno Matias:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Quero agradecer as questões e tentar de forma telegráfica, dado o tempo exíguo.

Em relação à questão da denúncia dos pitbulls que o Senhor Múncipe Paulo Jorge Fernandes, nos apresentou, dar-lhe nota que também nos preocupam estas denúncias. Aliás, toda e qualquer denúncia que esteja a ser comunicada aos serviços ou através do meu Gabinete está a ser feita no próprio dia, e solicitada uma intervenção de análise e de validação, seja do Serviço Veterinário, seja a Autoridade Veterinária Municipal, seja através dos Órgãos Judiciais e também Órgãos Policiais podem intervir. Aliás, neste caso específico, houve 3



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

deslocações dos serviços a este local, foram produzidos relatórios dos técnicos e como é obvio não cabe ao executivo estar a questionar os relatórios, mas termos solicitado a máxima exigência, exatamente para não deixar que situações destas, por um lado, façam gerar algum alarme que com razão ou sem ele. Os processos que estão a decorrer e neste caso específico está a decorrer um processo no Ministério Público, só no decorrer desses processos se irá avaliar até onde há responsabilidades e havendo deve haver a responsabilização. E aquilo que é fundamental também para que se perceba, é que nem sempre a Lei permite a intervenção como se calhar seria desejável e eu não estou a falar neste caso específico, porque este caso específico certamente teve a sua análise técnica, mas há situações onde se calhar qualquer um de nós perante uma evidente situação de mau trato e eu não digo que seja este um caso específico, mas perante qualquer uma destas situações gostaríamos que houvesse outros mecanismos de intervenção. Agora, aquilo que é verdade é que existe uma Lei, existem Órgãos Judiciais, existe propriedades privadas a partir do qual existe mecanismos de intervenção que não podem ser ultrapassados, porque estamos num estado de direito. Ainda assim, a sua preocupação é a nossa preocupação, este executivo tem procurado reforçar os meios de intervenção, para garantir que estas denúncias têm a resposta tão rápida quanto possível, gostaríamos que os meios de intervenção ou de agilização de intervenção, que não ultrapassam muitas das vezes o Município, como é o caso quando já se acrescenta a intervenção do Ministério Público, limita de alguma forma algumas decisões ou algumas intervenções. Agora, é um processo que como a Senhora Presidente da Câmara disse e bem, estamos a acompanhar e estamos a fazer um esforço grande para que através dos nossos técnicos, possam sempre que é possível intervir e sempre que é possível, envolver novas soluções. Aliás, por isso mesmo é que temos contado com o apoio precioso do nosso Provedor, de forma a que sempre que é possível, se possa também acrescentar algum ato voluntário, que acrescente novas soluções, porque nem sempre tudo aquilo que gostaríamos, não há dúvida, possa resultar imediatamente na solução que gostaríamos.

De qualquer maneira, alguns dos denunciante que neste caso específico identifica, segundo julgo saber, é a informação que temos, é que foram também chamados ao processo e que segundo também recolhi de informação, não prestaram declarações nesse mesmo processo. Isso não nos deixa de preocupar, porque também é fundamental que as denúncias, primeiro que sejam consequentes e depois também ajudem quem quer resolver e quem quer proteger os animais e promover o bem-estar animal, como é o caso deste executivo e da Câmara Municipal, que acho que é uma causa que nos une a todos.

Em relação ao Senhor Município Luís Ricardo, que eu também aproveitei para cumprimentar, e já tivemos a ocasião de nos encontrarmos algumas vezes no Parque da Paz, dar-lhe nota de que, como disse a Senhora Presidente da Câmara, o Parque da Paz não está fechado. Agora, não deixa de haver regras de confinamento geral da população. Portanto, é natural que até as forças da autoridade, estejam a controlar de alguma maneira alguns excessos, e aliás, quem tem percorrido o Parque da Paz, percebe que já não é muito raro encontrarmos grupos a jogar à bola ou tentar fazer piqueniques num momento de confinamento geral. Agora, isso não significa que o Parque esteja fechado, ele não está fechado, as pessoas podem fazer os seus passeios, agora dentro de algumas regras de confinamento estão estabelecidas não é pela Câmara Municipal, é pela Assembleia da República. E, portanto, fruto disso, como é obvio também apelamos a alguma compreensão para o estado que estamos a viver, dando-lhe apenas nota que o seu espírito voluntário é sempre bem-vindo dentro das regras que nós podemos enquadrar de funcionamento desse mesmo espírito voluntário. Mas como sabe, não tem sido por falta de vontade que este executivo não tem procurado promover também esse espírito voluntário. Agora, temos que tentar sempre enquadrar. Há pouco dizia e bem, as equipas de voluntários pode também ser uma das soluções para melhorar algumas das intervenções que fazemos no território. Portanto, um cumprimento também para si."

5.2.3 – O Senhor Vice-Presidente João Couvaneiro:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Quero dar nota que a forma mais simples de avançarmos para a solução do problema, que acho pouco normal que tenha havido ausência de qualquer resposta, não acho sequer aceitável, mas aquilo que vou fazer é pedir aos serviços do meu Gabinete que peçam aos serviços da Assembleia Municipal o email ou o contacto do Senhor



7k

Munícipe Carlos Quintelas, para ainda na próxima semana marcarmos uma reunião, sendo que temos procedimento preparado para a intervenção. Ainda assim, quero dizer que percebo completamente o desagrado que demonstra com a falta de resposta que vamos tentar corrigir, portanto, ainda no decurso desta semana ou da próxima, será contactado pelos serviços do meu Gabinete para podermos reunir e quero dar nota que também desta situação já tinha reunido com a Junta de Freguesia para falarmos sobre este assunto. Portanto, proponho Senhora Presidente da Câmara, que possa contactar diretamente com a Associação de Pais para resolvermos o assunto.”

5.2.4 – O Senhor Vereador Miguel salvado:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Nós temos uma grande empreitada de pavimentações que irá avançar em breve. Essa rua que falou a Estrada Nacional 10/1 está contemplada nessa empreitada, tal como nós temos vindo a falar há algum tempo.

Em relação à rua dos Capuchos, nós temos neste momento um procedimento como a Senhora Presidente da Câmara referiu, temos um procedimento próprio para toda aquela zona e para aquela rua em particular, porque a intervenção ali é uma intervenção um bocadinho mais complexa, também por causa das árvores, temos que tentar proteger ao máximo aquelas árvores, a altura dos passeios e também o próprio pavimento e está a ser neste momento tratado pelos nossos serviços e em breve irá ter efeitos.”

5.2.5 – O Senhor Deputado Municipal Artur Alfama (PAN):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Quero aproveitar este período para dar aqui umas respostas a duas intervenções.

A primeira do Senhor Munícipe Paulo Jorge que infelizmente não conseguimos ouvir, mas de facto, iria ao encontro de um conjunto de preocupações de cidadãos e de cidadãs que nos chegaram em relação a esta situação dos pitbulls. Tivemos oportunidade de entregar um requerimento a este respeito e ainda não obtivemos resposta, contrariamente aquilo que o Senhor Vereador Nuno Matias adianta, eu penso que tem existido alguma inércia por parte dos Serviços Veterinários Municipais, perante os indícios que existem. Indícios graves e sobre este caso existem indícios graves. Nós temos um relatório que fizemos chegar através de um requerimento, onde é identificado que o animal não tem água, não tem licença, não há documentação, há criação ilegal, portanto, há um conjunto de factos, de indícios graves e que de facto, são incontornáveis.

O canil ilegal de Santo António, podia ter-nos dado informações e aparentemente no deu. Quero, no entanto, na pessoa do Senhor Munícipe Paulo Jorge, agradecer as dezenas de emails acerca desta situação. O PAN não é poder político, não é autoridade judicial, mas aquilo que estiver ao seu alcance, continuará a fazer para combater casos como este que nos deveriam envergonhar profundamente e que devem ser erradicados ou severamente punidos.

Uma palavra final também para o Senhor Munícipe Luís Ricardo que tenho o prazer de o conhecer pessoalmente e a quem quero agradecer o trabalho, pessoas como ele são sempre bem-vindas e são sempre úteis no nosso Município.”

6 – Foi declarado aberto o período de antes da ordem do dia;

6.1 – Foram apresentados os seguintes votos de pesar:

6.2.1 – O Senhor Deputado Municipal João Fernando Filipe Marcos (CDU) apresentou o voto de pesar pelo falecimento de Madalena Calé;

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Foi com profundo pesar que recebemos a notícia do inesperado falecimento de Madalena Silva Francisco Calé, no passado dia 12 de fevereiro, aos 64 anos de idade.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Desde 1 de Outubro de 1987 era trabalhadora primeiro da Junta de Freguesia da Almada, depois da Junta da União de Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, e faria em setembro de 2021 34 anos de serviço, ao longo dos quais granjeou um enorme prestígio junto dos seus colegas, dos fregueses e dos munícipes.

Eleita Delegada Sindical do Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local (STAL) na União de Freguesias em diversos mandatos, militante do PCP, Madalena Calé desempenhou durante décadas as suas funções de trabalhadora da “linha da frente”, permanentemente ao lado daqueles que com profundo sentido de serviço público respondem presente à satisfação das necessidades dos cidadãos, e assumiu, também permanentemente e com enorme espírito de missão, determinação e alegria a representação dos seus camaradas de trabalho na defesa intransigente dos direitos laborais de todos.

Madalena Calé deixa a todos os companheiros de trabalho e de jornada, com quem partilhou inúmeras lutas pela melhoria das condições de trabalho e pelos direitos conquistados, um exemplo da tenacidade, de dedicação e entrega desinteressada a essa luta, colocando sempre no desempenho das suas tarefas um profundo e genuíno sentimento de esperança e de confiança que pela luta dos trabalhadores e do povo seria possível criar e alcançar um mundo mais justo e mais fraterno para todos os seres humanos.

Assim, o Grupo Municipal da CDU propõe que a Assembleia Municipal de Almada delibere endereçar à família da Madalena Calé, a todos os seus companheiros de trabalho, aos muitos amigos, à Junta da União de Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas e ao Partido Comunista Português, os mais sentidos pêsames e um profundo sentimento de solidariedade neste momento tão difícil por que passam, na certeza de que partiu fisicamente a Mulher, Mãe, Trabalhadora e Lutadora, mas restará sempre connosco o exemplo do seu compromisso fiel com os valores da Liberdade, da Solidariedade e da Amizade.”

6.2.2 – O Senhor Deputado Municipal João Ricardo Quintino (PS) apresentou o voto de pesar pelo falecimento de Marta Serra Silva;

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Faleceu no passado dia 4 de fevereiro, Marta Serra Silva, residente e natural da Costa de Caparica, onde era autarca.

A jovem Marta era uma pessoa generosa, simpática e dotada de uma energia positiva, sempre de sorriso nos lábios.

Empresária da restauração na Costa de Caparica, cidade que tanto gostava e defendia, destaca-se o seu último contributo enquanto cidadã e eleita na Assembleia de Freguesia da Costa de Caparica, como Primeira Secretária da Mesa desta Assembleia.

Mas a sua vivência na cidade fez-se com alegria quer como marchante da Marcha da Rua 15 quer como ativa defensora do Movimento associativo onde era atenta e interventiva, destacando-se a sua participação no grupo de teatro da Associação Gandaia onde desempenhou diversos papéis que lhe foram atribuídos.

A Marta, como a conhecemos, foi ainda militante do Partido Socialista, tendo sido membro de diversos órgãos políticos, como a Comissão Política Concelhia de Almada ou do Secretariado da sua Secção de residência.

Nunca desistiu de lutar em vida e contra a maldita doença, marcando-nos a todos, mesmo àqueles com que lidou com mais distância.

Foi cedo demais, que descanse em paz.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida a 25 de fevereiro de 2021, vem por este meio manifestar o seu profundo pesar pela morte de Marta Serra Silva e prestar as mais sentidas condolências a todos os familiares e amigos.”

6.2.3 – O Senhor Deputado Municipal Sérgio Faria de Bastos (PS) apresentou o voto de pesar pelo falecimento de Fernando Santana;

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

JK

Nascido em Benguela, Angola, em 1949, Fernando José Pires Santana era Professor Catedrático Jubilado da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, no Monte de Caparica, em Almada.

O Professor Fernando Santana, Engenheiro Civil de formação de base, era detentor de diferentes especializações em Engenharia do Ambiente e Engenharia Sanitária, e foi figura maior do universo académico não apenas português, mas também internacional.

No exercício das funções de Diretor da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, cargo que desempenhou ao longo de 12 anos, entre 2006 e 2018, ao Professor Fernando Santana fica a dever-se, em muito larga medida, a enorme projeção e prestígio nacionais e internacionais que a maior instituição do ensino superior com sede no Concelho de Almada atingiu, dando continuidade e ampliando, é justo reconhecê-lo, ao trabalho desenvolvido neste mesmo sentido pelo seu antecessor na Direção da Faculdade de Ciências e Tecnologia e depois Reitor da Universidade Nova de Lisboa, Professor Doutor Leopoldo Guimarães.

Paralelamente ao seu trabalho académico, assumiu também funções de Presidente do UNINOVA - Instituto de Desenvolvimento de Novas Tecnologias, Presidente do Conselho de Administração do Madan Parque de Ciência, cofundador da FACIT, associação sem fins lucrativos que tem por missão o apoio a alunos com reduzidos recursos financeiros e à Associação dos Antigos Alunos da FCT Nova. Era Presidente da Academia de Engenharia, Sócio Correspondente da Academia das Ciências de Lisboa, Membro do Conselho Nacional da Água e Membro do Conselho do Euro-CASE (Conselho Europeu de Academias de Ciências Aplicadas, Tecnologias e Engenharia). Foi ainda Diretor Nacional do Programa Universidade do Texas em Austin | Portugal, da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, e Presidente do Conselho Consultivo do Hospital Garcia de Orta.

O Professor Fernando Santana desenvolveu um amplo conjunto de iniciativas e projetos em parceria com a Câmara Municipal de Almada, em muito contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos Almadenses em diferentes domínios, fruto e resultado da mobilização do conhecimento científico em múltiplas áreas de intervenção municipal proporcionada pela referida cooperação institucional.

Suportado por essa cooperação, foi construído um sólido caminho de aproximação do meio universitário ao tecido social, económico e cultural Almadense, onde entre tantos outros projetos e ações, não podemos deixar de destacar o seu papel de grande significado na dinamização da atividade do Madan Parque, da Agência de Desenvolvimento Local Nova Almada Velha, e da Agência Municipal de Energia, AGENEAL.

Um caminho de aproximação e cooperação que orgulhava o Professor Fernando Santana. Em entrevista ao Boletim Municipal editado em julho/agosto de 2016, sublinhava que a Almada “liga-me a estreita colaboração que a Faculdade tem com a nossa Câmara Municipal, uma aposta conjunta e determinada para a cidade ser cada vez mais universitária, com tudo o que isso implica para o tecido social e económico”.

A profunda ligação do académico à vida concreta das pessoas, determinou que participasse ativamente no lançamento de múltiplos processos de dinamização comunitária. Foi dele a ideia de realizar uma Mostra de Ensino Superior, que durante largos anos ajudou a promover o interesse pela via académica junto de jovens estudantes do ensino secundário, inicialmente envolvendo apenas a Faculdade de Ciências e Tecnologia e a Câmara Municipal de Almada, mas que rapidamente se estendeu a outras instituições de ensino superior do Concelho de Almada e depois a todas as escolas do ensino secundário, profissional, superior e militar do Concelho. O Professor Fernando Santana trabalhou igualmente no primeiro e único Livro Branco sobre o Estado do Ambiente em Portugal, datado de 1991.

Em 2015, o Professor Fernando Santana recebeu das mãos do Presidente da República a condecoração do Grau de Oficial da Instrução Pública.

Em 2016, reconhecendo o importante contributo do Professor Fernando Santana ao longo dos seus mandatos enquanto Diretor da Faculdade de Ciências e Tecnologia ao desenvolvimento do Concelho de Almada, a Câmara Municipal decidiu, por unanimidade, atribuir a Medalha de Ouro da Cidade ao Insigne Cidadão, reconhecendo a notoriedade do desempenho nas suas funções e o seu elevado mérito social, cultural, cívico e científico.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Assim a Assembleia Municipal de Almada, reunida no dia 25 de fevereiro de 2021, manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento do Professor Fernando Santana, transmitindo à sua família, aos seus muitos Amigos, à Comunidade Educativa da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, em especial aos seus alunos, a toda a Comunidade Académica Portuguesa as mais sentidas condolências.”

6.2.4 – O Senhor Deputado Municipal Ivan Costa Gonçalves (PS) apresentou o voto de pesar pelo falecimento de Carlos Gargaté;

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Professor e Pintor, Carlos Gargaté nasceu em Estremoz, em 1948, e licenciou-se em Design de Equipamento, em 1979, pela ESBAL.

Tendo dedicado toda a sua vida profissional ao ensino, a maior parte deles foi passada no concelho de Almada, onde lecionou e foi diretor da Escola Básica Integrada da Charneca de Caparica, marcou o percurso de centenas de alunos e colegas até à sua aposentação em 2005.

Desde então dedicou-se à pintura, frequentando a escola/atelier do artista plástico Zoran Smiljanic, com quem integrou, em conjunto com Tereza Trigalhos e Elsa Oliveira, o Grupo Artefacto.

Com o Grupo Artefacto participou em mais de uma dezena de exposições, realizando a sua primeira exposição individual na Escola Básica Integrada da Charneca de Caparica, em julho de 2007.

Em 2011, em homenagem ao seu enorme percurso profissional e artístico, a Câmara Municipal de Almada atribui o seu nome à escola e agrupamento onde durante tantos anos lecionou.

Destacado militante do Partido Socialista, a sua boa disposição, talento e generosidade marcaram todos aqueles que com ele privaram.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida a 25 de fevereiro de 2021, vem por este meio prestar as suas mais sinceras condolências a todos familiares, amigos, colegas e alunos do Professor Carlos Gargaté, em especial à sua esposa, a Vereadora Teodolinda Silveira.”

6.2.5 – O Senhor Deputado Municipal Henrique Margarido de Almeida (PS) apresentou o voto de pesar pelas vítimas do Holocausto e em evocação do Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto;

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Assinalou-se a 27 de janeiro o Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto, 76 anos após a libertação de Auschwitz.

Perante a complexidade do tempo que vivemos, urge recordar a memória das vidas interrompidas ou desfeitas pela barbárie, as vítimas do ódio racial, da intolerância perante quem é diferente e da discriminação destruidora da dignidade humana, homenagear as suas vidas, fazendo-lhes a escassa justiça que é possível, perpetuando os seus nomes, as suas tradições, a sua luta e coragem ao enfrentarem o impensável. Importa valorizar a memória do Holocausto, perceber as suas causas históricas, os mecanismos de propagação de mentira e distorção que desumanizaram o Outro, e recordar como há pouco mais de 80 anos o ódio e a intolerância conseguiram tomar o poder e assumir uma monstruosa empresa de destruição de vidas e comunidades, tentando erradicar a vida judaica da Europa, eliminar populações ciganas, erradicar homossexuais ou opositores políticos.

No dia 27 de janeiro de 1945, os soldados soviéticos entraram no imenso complexo concentracionário de Auschwitz-Birkenau e mergulharam num mundo de horror que ultrapassou tudo aquilo que podiam ter imaginado, tal era a profunda banalização do mal levada a cabo pelos homens.

Hoje, passados 76 anos, num momento em que os extremismos assentes no ódio motivado pela diferença de origem ou ascendência procuram regressar ao espaço público e contaminar a sã convivência entre cidadãos, é imperioso que recordemos cada mulher, homem ou criança exterminada. Sobretudo, não podemos permitir que os desprovidos de memória se aproveitem da ignorância, da desinformação, do desespero e tentem fazer



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

1/k

crescer as sementes do ódio nas Democracias livres e assentes na valorização dos seres humanos como fins em si mesmos, únicos, irrepetíveis e merecedores de igual proteção na sua dignidade.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida a 25 de fevereiro de 2021, presta homenagem a todas as vítimas do Holocausto, invocando os 76 anos da libertação de Auschwitz, e reafirmando o seu compromisso de defesa da memória e de promoção da educação das gerações mais jovens na observância dos valores fundamentais, da liberdade, da democracia, da igualdade e da dignidade humana.”

6.2.6 – O Senhor Deputado Municipal José Ricardo Martins (PS) apresentou o voto de pesar pelo falecimento de Lídio Galinho;

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Lídio Manuel da Silva Galinho (Mestre Lídio) faleceu no passado dia 23 de fevereiro, pelas 17h. Tinha 73 anos.

Nasceu na localidade de Costa de Caparica, em 11 de janeiro de 1948. Conheceu cedo a arte da Pesca, ainda na infância, uma vez que a sua família estava intimamente ligada à arte, sendo o seu pai, Vitorino José, mais conhecido por “Arrais Bruto”, um dos sobreviventes do naufrágio do saveiro “O Pensativo”, na manhã de inverno de 12 de dezembro de 1929.

A 19 de Junho de 1970, foi enviado para Guiné-Bissau, onde decidiu não lutar contra o povo, optando por conviver com os nativos e aprender a sua cultura. Como a sua profissão era pescador, decidiu formar uma pescaria, e capturar peixe para alimentar aquela população, porque sentia que estava a ajudar alguém, já que a sua família estava em Portugal, um filho de seis meses e a sua esposa.

Num dos seus testemunhos públicos sobre a experiência na Guiné-Bissau, Mestre Lídio conta-nos sobre a “Nitinha, que fazia parte da tribo Papel”, que nas palavras do mesmo, não sendo de “cor igual”, tinham o mesmo sentimento de injustiça da guerra e das condições de vida das populações.

Após o 25 de Abril e com o início do Regime Democrático, Lídio Galinho continua a sua luta de vida: a defesa dos direitos dos pescadores, fundando e pertencendo a inúmeros Sindicatos de Pescadores, com o objetivo de dignificar a sua profissão de sempre. Foi ainda um ator fundamental na atribuição de casas do Bairro Novo dos Pescadores.

Atualmente, era o Presidente da Ala-Ala Associação de Pesca, Artesanal Local, Costeira e de Apoio Social aos Pescadores, onde desenvolvia e promovia formações e mecanismos para qualificar os pescadores e fixar os mais jovens neste importante ofício, tendo como máxima: “A Associação Ala-Ala está para os pescadores como os pescadores estão para a pesca”.

Além de sindicalista, Mestre Lídio foi também, a partir de 2005, um importante defensor da elevação da Arte-Xávega a património cultural imaterial, da valorização económica da exportação de pescado, nomeadamente da cavala, da dignificação da classe piscatória de famílias de origem africana, com o projeto “Fronteiras Urbanas”, da promoção das cidades costeiras sustentáveis com o Observatório de Literacia Oceânica e da sustentabilidade da Pesca, incutindo na classe piscatória a necessidade de preservar algumas espécies em vias de extinção, mais recentemente com o projeto europeu “Partibridge”.

Realce-se ainda a ternura com que ia criando um pequeno museu, merecido e acarinhado na sede da ALA-ALA e do seu importante contributo para que este executivo camarário avançasse com o projeto de um Museu da Arte-Xávega, na Costa de Caparica.

Com esta perda a classe piscatória fica mais pobre, partiu um dos maiores defensores dos pescadores nas mais variadas áreas como a social, financeira e burocrática. Foi um líder e um digno representante da classe. A Costa de Caparica, o concelho de Almada e o país ficam também mais pobres com a perda deste homem humilde, solidário, antirracista, antifascista, anticolonialista e defensor da sua classe e da sua terra.

Assim a Assembleia Municipal de Almada, reunida no dia 25 de fevereiro de 2021, manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento do Mestre Lídio Galinho, transmitindo à sua família, aos seus muitos Amigos, à



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Comunidade Piscatória do Concelho de Almada, em especial aos sócios da ALA-ALA, as mais sentidas condolências.”

6.2.7 – Usaram da palavra os Senhores Deputados Municipais João Eduardo Geraldês (CDU), José António Rocha (BE), Ivan Costa Gonçalves (PS), António Pedro Maco (CDS-PP) e ainda a Senhora Vereadora Teodolinda Silveira e ainda a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

6.2.7.1 – O Senhor Deputado Municipal João Geraldês (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Nós iremos votar favoravelmente todos os votos de pesar que foram apresentados, e gostaríamos até de nos associar a esses votos de pesar, se os senhores proponentes assim o aceitarem.

Gostaríamos, no entanto, de sugerir ao Partido Socialista, que relativamente ao voto de pesar apresentado pelo falecimento do Pescador Lídio Galinho, pudesse introduzir uma pequena correção no último parágrafo da 1ª página, quando refere: “o importante contributo do Lídio Galinho para que este executivo camarário avançasse com o projeto do Museu da Arte Xávega”. E que o substituísse por: “o seu importante contributo para que se avançasse com o Museu da Arte Xávega”. A razão pela qual fazemos esta proposta, é que o projeto para o Museu sobre a Arte Xávega, estava já em andamento há longos anos no mandato anterior. Portanto, não é rigoroso, não é justo, não é sequer historicamente correto, que se afirme uma deliberação da Assembleia Municipal que foi este executivo. É por uma razão meramente de rigor histórico, que aqui sugerimos que se possa substituir esta expressão “para que este executivo para que se avançasse”.”

6.2.7.2 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Naturalmente, a Câmara Municipal associa-se também a estes votos de pesar, de uma forma muito breve expressa a suas condolências à União de Freguesia de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas e ao Partido Comunista Português pelo falecimento de Madalena Calé; ao Partido Socialista e à Assembleia de Freguesia da Costa da Caparica, por Marta Serra Silva.

Se me permitem uma palavra um pouco mais prolongada pelo falecimento do Senhor Professor Fernando Santana, que é um homem que penso que todos nós conhecemos bem, devemos lembrar não só o seu empenho na promoção justamente da FCT, no desenvolvimento deste importantíssimo Campus Universitário para o nosso Concelho, mas também para o país. Devemos lembrar a ternura com que os seus alunos, não apenas os seus alunos, todos os alunos daquela Universidade tinham por ele, devemos lembrar a sua gentileza, o seu humor, os seus muitos cigarros, se me permitem esta nota muito pessoal, mas sobretudo a sua generosidade, a sua perspicácia. Enquanto Presidente da Câmara Municipal, tenho que agradecer e certamente que todos os/as Senhores/as Vereadores/as também, as sua colaboração inexcelsível com o Município, com a Câmara Municipal, em todas as frentes, o seu empenho em algo tão importante que temos tentado tornar uma realidade que é esta aproximação entre a Cidade, o Concelho e a sua Universidade, trazer a Universidade para a Cidade e quando falo de Cidade, falo naturalmente de Almada e da Costa da Caparica e de todo o Concelho, é uma Cidade alargada. E, portanto, deixar aqui uma nota de profundo pesar e já de saudades do Professor Fernando Santana.

Uma nota também muito sentida naturalmente, da perda de um grande amigo, de um homem extraordinário chamado Carlos Gargaté, aqui também mais um Professor, um Professor que deixa uma marca absoluta na sua escola, nos seus alunos, nos seus colegas, nos seus amigos e naturalmente toda a nossa solidariedade com a nossa Vereadora Maria Teodolinda Silveira, por esta perda que nos deixou a todos muito, muito mais pobres e tristes.

Naturalmente também, uma palavra muito especial ao desaparecimento inesperado e brutal do Mestre Lídio Galinho. É verdade, que os sonhos e os projetos do Mestre Galinho eram infundáveis. Pessoalmente devo-lhe o muito que aprendi num muito pouco tempo, sobre a arte da pesca. Não esquecerei nunca o seu empenho a sua ternura, a sua preocupação, a sua combatividade também na defesa daqueles que eram a sua família, os seus



pescadores, a sua arte. Uma palavra naturalmente para a Ala Ala, a Associação que criou, e que era de facto, um culminar de todo um percurso. Dizer que de facto, é verdade, há muito tempo que havia um projeto do Museu da Arte Xávega, que é consensualizado, mas até um novo formato que agora estamos a trabalhar, e que de facto ganhou uma candidatura, é o que nós chamados o Museu Vivo e isto também nasceu de conversas com o Mestre Lídio e aqui não estou a dizer quem fez mais ou quem fez menos, não é nada disso, mas é no sentido de a Arte Xávega ao pode ficar fechada numa vitrine, tem que ser uma arte viva, tem que ser uma arte em ação e daí este formato pelo qual se optou para esta memória. E, naturalmente, eu quero deixar aqui o compromisso que farei a proposta, que o espaço que for aberto possa ter também o seu nome se depois houver consenso para esse efeito.

Finalmente, relativamente ao voto de pesar pelas vítimas do holocausto, agradecer ao Partido Socialista ter trazido este voto, eu acho que mais do que nunca nos tempos em que vivemos é importante não perder a memória, não perder a memória deste período negro e temos uma obrigação sobretudo relativamente às gerações mais novas, de passar a palavra, e lembrar que as vítimas do horror que se viveram durante a 2ª Guerra Mundial, não falo apenas do horror da guerra, não é da guerra que estamos a falar, estamos a falar da banalização do mal, de facto, para usar as expressões da Hannah Arendt que a banalização do mal, não se perca também numa banalização da memória. A memória importa que esteja viva, importa sobretudo nesta altura em que as vozes negacionistas se multiplicam, é bom que estejamos atentos para que não possam ganhar até por respeito às vítimas.”

6.2.7.3 – O Senhor Deputado Municipal José Rocha (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas umas breves palavras, para dizer que o Bloco de Esquerda se associa aos votos de pesar apresentados nesta Assembleia Municipal. Expressamos as nossas sentidas condolências aos familiares e amigos de Madalena Calé, como ao Partido Comunista e à União de Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas. De igual modo associamo-nos aos votos apresentados pelo Partido Socialista sobre as vítimas do holocausto. Sentidas condolências aos familiares e amigos de Marta Serra Silvado, do Professor Fernando Santana e em particular à Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira pelo falecimento do Professor Carlos Gargaté. E por último expressar também os nossos sentidos pêsames aos familiares e amigos do Lídio Galinho, sem dúvida uma figura impar para a Costa da Caparica, desde sempre militante antifascista antes e depois do 25 de Abril. Destacar o seu empenho na luta pelos direitos e reivindicações dos pescadores e também a sua dedicação pela Arte Xávega. Prova inequívoca do amor que sempre dedicou aquela vila piscatória e à sua população.”

6.2.7.4 – O Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas para informar sobre a sugestão que foi feita pelo Grupo Municipal da CDU, da nossa parte não é de todo nosso interesse que se fizesse a discussão sobre negociações entre o planear, fazer, o que quer que fosse, até porque expressão que é usada neste executivo abarca todos. O que importa verdadeiramente é honrar a memória do Lídio Galinho, não há questão nenhuma, aceitamos a sugestão.”

6.2.7.5 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O CDS-PP junta-se formalmente a estes votos de pesar, são alturas de sentimentos, acho que devemos homenagear em pé de igualdade todas as pessoas que aqui estão citadas nestes votos de pesar, nesta altura de dor e de homenagem e, portanto, falo apenas da pessoa com quem tinha mais proximidade, o Mestre Lídio Galinho, que também deixo aqui o meu testemunho de uma pessoa totalmente dedicada à arte da pesca, dedica à Costa da Caparica, dedicada aos pescadores e que merece uma sentida homenagem.

Depois pegando também nas palavras da Senhora Presidente da Câmara Municipal, relativamente ao voto de pesar apresentado pelo Partido Socialista sobre as vítimas do holocausto. Reconhecer sempre de uma forma efusiva todos os males que a história acarretou até ao longo dos nossos dias. Mas pegando nas palavras da



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Senhora presidente da Câmara Municipal, apenas para e pegando também naquilo que vem bem explanado na moção do Partido Socialista, infelizmente essa história não é só história, acontece nos dias de hoje e não quero deixar aqui de aproveitar este ponto para lembrar o que está a acontecer neste preciso momento em Moçambique, em Cabo Delgado. Portanto, juntar e lembrar que não é só pela história que estas atrocidades aconteceram. Acontecem num país que faz parte dos PALOP, num país que também Portugal tem as suas responsabilidades. Portanto, lembrar que infelizmente estes massacres, estas chacinas que tanto nos devem envergonhar, uma vergonha alheia, passam-se também neste preciso momento e nomeadamente em Moçambique.”

6.2.7.6 – O Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Partido Socialista naturalmente também se associa ao voto de pesar de Madalena Calé, trabalhadora na União de Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas e naturalmente ao Partido Comunista Português expressamos os nossos sentidos pêsames.”

6.2.7.7 – A Senhora Vereadora Teodolinda Silveira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Quero agradecer a todos os Senhores/as Deputados/as Municipais, as palavras de apoio que me deram, neste momento difícil.”

6.2.8 – Não havendo mais pedidos de palavra, e verificado o quórum, o Senhor Presidente colocou à votação os votos de pesar, tendo todos eles sido aprovados por unanimidade.

6.2.9 – Seguiu-se um minuto de silêncio proposto pelo Senhor Presidente da Assembleia.

6.3 – Usou a palavra o Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldês (CDU) para apresentar uma declaração política;

6.3.1 – O Senhor Deputado Municipal João Geraldês (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A CDU reitera a sua posição de total desacordo já assumida em Conferência de Representantes, relativamente à decisão do Senhor Presidente e da Mesa da Assembleia Municipal, de realizar esta Sessão da Assembleia Municipal em modo de videoconferência.

A CDU entende que a atividade política, toda a atividade política prevista no quadro constitucional português, não está suspensa, nem pode ser suspensa, mesmo considerando o Estado de Emergência decretado para o país, em função da pandemia que vivemos, num Estado de Emergência com o qual como é público, a CDU discorda.

A CDU entende que, uma vez cumpridas todas as normas de segurança sanitárias, determinadas pela Direção Geral da Saúde, designadamente no que respeita ao distanciamento físico, à etiqueta respiratória e à higienização das mãos, existindo condições objetivas no Concelho de Almada, em termos de instalações, para assegurar o respeito integral por essas normas, não se justifica a alteração do funcionamento normal do órgão eleito como é a Assembleia Municipal, como aliás, ficou já demonstrado pela prática anterior de realizações de Sessões desta Assembleia Municipal, em formato presencial.”

6.3.2 – Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal:

“Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Um breve palavras para justificar a decisão da Mesa.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

72

A decisão da Mesa radica no facto de neste momento vivermos um regime que é um regime de dever geral de recolhimento domiciliário. Esse regime estabelece um conjunto de exceções nas quais, no entender da Mesa, não se incluiu os/as Senhores/as Deputados/as Municipais, enquanto tal e por outro lado, não sendo claro, não havendo certeza jurídica relativamente à correção da sua realização presencial, por outro lado, a Lei prevê que, o atual Estado de Emergência, as reuniões dos órgãos deliberativos e executivos das Autarquias Locais, possam decorrer por videoconferência como foi feito, assegurando todos os aspetos que deviam ser assegurados. Portanto, no entender da Mesa, a videoconferência impõe-se, por imperativo legal e é possível porque está prevista na mesma Lei. Este dever geral de recolhimento domiciliário, estende-se às 24H00 do dia e, portanto, não foi possível encontrar uma solução como aconteceu na Sessão Ordinária de dezembro, de a realizarmos no período de tempo em que não havia esse dever geral de recolhimento. Logo que o regime seja alterado, será reequacionada a situação e obviamente será considerada a reivindicação que é feita pela CDU em termos de possibilidade de reunir presencialmente, na altura com toda a disponibilidade da Mesa nos debruçaremos sobre essa matéria.”

6.4 – Para apresentação de documentos sobre assuntos do concelho usaram da palavra os/as seguintes Senhores/as Deputados/as Municipais:

6.4.1 – O Senhor Deputado Municipal Artur Alfama (PAN) usou da palavra para apresentar a moção/recomendação “Elaboração do Regulamento de Saúde e Bem-Estar Animal do Município de Almada”;

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Considerando que:

É hoje incontestável o direito à vida, à integridade física, psicológica e mental dos animais. A sua dignidade tem vindo a ser reconhecida de forma transversal nas sociedades humanas e esse reconhecimento tem-se traduzido na evolução do código penal português, conferindo maior proteção aos animais.

O reconhecimento da sua dignidade foi especialmente proclamado, de um ponto de vista legislativo, no artigo 13.º do Tratado de Lisboa, o qual reconhece a sua senciência e exige que os Estados-Membros da União Europeia tenham em conta o seu bem-estar.

A nível nacional, a Lei n.º 92/95, de 12 de setembro, é já sensível ao tema do bem-estar animal e na sua esteira vários diplomas legais foram aprovados. A criminalização dos maus-tratos a animais através da Lei n.º 69/2014, de 29 de agosto, constitui também um elemento de especial relevância que demonstra que o legislador nacional está mais sensível às novas preocupações e valores éticos neste domínio.

A condescendência e tolerância perante atos de violência contra animais são em suma inaceitáveis nas sociedades atuais e estão em contracorrente com o desenvolvimento civilizacional e cultural, com os valores éticos e, sobretudo, com o novo quadro de conhecimento científico sobre os animais, sobre a sua senciência e a sua consciência.

A proteção dos animais é por isso uma exigência e anseio sentidos pela população de Almada, a qual condena a violência contra animais e a negligência no seu tratamento e exige que a mesma seja endereçada de forma eficaz. O Município de Almada está numa posição privilegiada para corresponder às preocupações da população neste domínio, uma vez que tem associações de proteção animal e cuidadores muito ativos e cooperantes, bem como a Provedoria dos Animais de Almada, cuja criação foi proposta pelo PAN em 2014 e finalmente implementada em 2020.

Apesar do trabalho desenvolvido no terreno pelos cuidadores e associações, bem como a evolução positiva da legislação em vigor no que concerne aos direitos dos animais e à salvaguarda do seu bem-estar, o município de Almada continua a ter graves problemas e carências no que diz respeito à defesa destes tão importantes direitos.

Nesse sentido, a criação do Regulamento de Saúde e Bem-estar Animal do Município de Almada tem por objetivo garantir a devida proteção dos animais do território no município. Pretende-se que este regulamento sancione devidamente os maus-tratos a animais, promova a sua saúde e bem-estar, implementando programas de controlo e saúde de populações de animais de acordo com os mais exigentes critérios de bem-estar, discipline



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

as condições de alojamento, detenção e circulação, bem como implemente medidas destinadas a combater o abandono e a promover a adoção responsável.

Face ao exposto, vem a Representação Municipal do Partido Pessoas-Animais-Natureza propor que a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária nos dias 25 de fevereiro e 3 de março de 2021, delibere recomendar à Câmara Municipal de Almada a elaboração do Regulamento de Saúde e Bem-estar Animal do Município de Almada.”

6.4.2 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) usou da palavra para apresentar a moção “Pela reposição de caixas automáticas de Multibancos em Almada Velha”;

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

É com alguma preocupação e perplexidade que as populações de Almada observam e constataam o encerramento de algumas caixas automáticas de Multibanco um pouco por todo o concelho, onde não escapa a zona de Almada velha, e onde uma grande fatia da população residente é já de idade avançada e com as esperadas limitações de locomoção inerentes à mesma idade.

Considerando que Almada velha está incluída numa zona histórica da cidade de Almada, o facto de não existirem caixas automáticas de multibanco em quantidades e localizações necessárias suficientes e devidamente estratégicas do ponto de vista da sua funcionalidade, não só causa constrangimentos aos habitantes da zona, como também tem forte impacto negativo no comércio local, onde em muitos dos casos, o mesmo vê-se obrigado a adquirir um terminal multibanco, incluindo negócios com transações de baixo valor, sob pena de perder vendas, acarretando com isso o decréscimo da dinâmica e da atividade económica que se vem perspectivando para respetiva zona.

As Caixas automáticas de Multibanco existentes nas proximidades são bastantes distantes, o que exige que se efetue um longo trajeto, para se proceder a um simples levantamento de dinheiro, uma consulta de saldo de conta ou para se efetuar qualquer pagamento trivial necessário no nosso dia a dia.

Posto isto, o encerramento praticamente sem aviso prévio minimamente considerável, a instituição bancária Montepio decidiu encerrar e a sua sucursal que se situava na Rua Capitão Leitão, numa das ruas mais movimentadas da união de freguesias, onde é frequente a grande concentração de população, nomeadamente para usufruírem da variada oferta de comércio da zona. Esta sucursal, em concreto os multibancos exteriores e no interior da dependência, era utilizada diariamente por um número bastante considerável de fregueses e munícipes que frequentam a Rua Capitão Leitão e a zona de Almada velha, com especial enfoque para as pessoas de mais idade que necessitam de levantar dinheiro, nomeadamente as suas reformas e pensões, efetuar pagamentos e demais transações do decorrer da normalidade quotidiana das suas vidas.

A tudo isto acresce que os serviços bancários (terminal de multibanco) mais próximos localizam-se na Avenida D. Nuno Álvares Pereira (a duas ruas paralelas) e na Rua Dom José de Mascarenhas (numa das pontas da Rua Capitão Leitão), o que se torna manifestamente longe para uma população muitas das vezes com mobilidade e locomoção condicionada, considerando ainda que uma outra caixa multibanco na Rua Dom João de Castro em direção à caixa multibanco situada na Rua Dom José de Mascarenhas, dista aproximadamente pouco menos de 1 quilómetro em linha reta, o que espelha bem as preocupações e necessidades das populações em usufruírem em melhores condições dos serviços de multibanco.

A par disso, sendo uma zona de atividade comercial, ainda por mais quando se pretende que seja dinâmica e concorrida, a inexistência de um terminal de multibanco cria ainda mais entraves e mesmo grandes constrangimentos e problemas à atividade económica.

Concluindo, a Assembleia Municipal de Almada, reunida, excecionalmente, online via web, no dia 25 de fevereiro de 2021, delibera, deste modo:

1 - Pugar junto da câmara municipal e da união de freguesias respetiva, que possam mobilizar todos os esforços para que junto das entidades bancárias possam resolver com a maior brevidade possível o problema, com a colocação de terminais de multibanco na zona a fim de proteger os interesses das populações nomeadamente



7k

as pessoas que têm mais dificuldades em deslocarem-se a caixas de multibanco mais longe da sua zona de residência.

2 - Apelar o mesmo em outras localidades do concelho onde abruptamente as caixas de multibanco foram suprimidas devido ao encerramento das sucursais das entidades bancárias.”

6.4.3 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) usou da palavra para apresentar a moção “Inclusão de Fisioterapeutas nas equipas de apoio domiciliário e reconhecimento da importância destes profissionais de saúde na qualidade de vida das pessoas nomeadamente na situação de pandemia”;

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Com o agudizar e o aumento exponencial da pandemia de Covid em Portugal e no resto do mundo, as necessidades e os apoios de muitos portugueses aumentaram em paralelo de forma considerável acarretando consigo a diminuição da qualidade de vida aos cidadãos.

Muitos desses cidadãos foram e estão ainda a ser fortemente fustigados devido a um vírus desconhecido e de contágio e transmissão frenética o que obriga à mobilização de um vasto conjunto de meios humanos e materiais na tentativa de o controlar e de o erradicar

A sua vasta e horrenda destruição tem como consequência um legado no seu mais avançado estado, a morte, mas também tem deixado milhares de portugueses com complicações graves que direta e indiretamente, condiciona as suas vidas quer no nível da sua saúde quer ao nível das suas relações sociais, isto a par de uma economia com consequências desastrosas.

Desta feita, um vasto conjunto de medidas têm sido tomadas pelos responsáveis dos mais variados sectores da sociedade com especial enfoque na área da saúde, área essa que é linha da frente no combate à pandemia.

Os constrangimentos e as consequências negativas causadas pelo Covid, têm resultado num exponencial e continuado confinamento de milhares de portugueses contribuindo em muitos dos casos para o permanente isolamento e afastamento dos contactos sociais tal como na ausência de cuidados médicos e de saúde elementares devido à completa sobrecarga dos serviços de saúde.

Os vastos efeitos negativos em seu resultado afetam consideravelmente uma grande parte dos mais velhos que de há um ano para cá, vêm-se confinados e circunscritos ao seu lar com a sua mobilidade reduzida, na busca de uma maior proteção da sua saúde. Para muitos, as saídas para as compras, pagar as contas, o convívio com o círculo de amigos, as idas ao café, ao culto ou mesmo os seus pequenos passeios de lazer, tornaram-se muito esporádicos ou mesmo impossíveis, sitiando voluntariamente, pessoas que precisam num específico estágio da sua vida de contactos sociais e cuidados médicos e de saúde regulares.

O confinamento e o isolamento nos seus lares durante prolongados meses, podem acarretar consigo demasiados perigos que podem influenciar negativamente a sua saúde não só mental, mas também do ponto de vista físico mesmo junto daqueles que até ao momento não padeciam de patologias.

Assim, e com a mobilidade e locomoção reduzida, o perigo de diminuição da sua qualidade de vida em vários aspetos, mesmo que no conforto dos seus lares, é considerável e muitas das vezes inevitável, situação essa, que leva à urgente necessidade de concentração esforços na obtenção de respostas adequadas às necessidades das pessoas mais vulneráveis em confinamento.

A par da saúde mental, o seu bem-estar físico deve estar protegido e salvaguardado, com auxílio de profissionais da área que possam não só, aconselhar e acompanhar, mas também intervir em caso de necessidade, em concreto no que diz respeito à sua mobilidade e saúde motora, devendo para tal perspetivar-se um incremento considerável na promoção da estratégia e investimento nos cuidados de reabilitação.

Com uma população muito envelhecida e confinada em casa durante largos meses, a fisioterapia assume no cenário atual, um papel e uma importância redobrada e de maior relevo devendo fazer parte integrante das respostas, incluindo as equipas de apoio domiciliário junto daqueles que mais precisam.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

A mobilidade reduzida nomeadamente junto dos mais velhos e dos mais incapacitados pode resultar, inevitavelmente, na perda de qualidade de vida, devido à falta de exercício físico e da baixa locomoção ou mesmo de maus e negligenciados hábitos que podem consubstanciar-se em vários perigos e inusitadas armadilhas domésticas, muitas das vezes até então ocultos ou despercebidos.

Assim, a inclusão de profissionais fisioterapeutas nas equipas domiciliárias de apoio, contribuiriam para o garante de uma melhor mobilidade, para a prevenção da perda de força muscular, prevenção da perda de equilíbrio, contribuição para aumentar as amplitudes articulares, na redução das contraturas, na correção das alterações posturais, na prevenção da alteração de marchas, nas posturas inadequadas e mitigar a perda de capacidade funcional, em suma, salvaguardar a melhoria da qualidade de vida do cidadão.

A Informação e o aconselhamento a par dos cuidados básicos de terapêutica e diagnóstico, são essenciais e indispensáveis no acompanhamento que estes profissionais de saúde entregam aos pacientes também na prevenção de quedas e demais acidentes quer em casa quer no exterior, contribuindo para a preservação do seu bem-estar nomeadamente em tempos de confinamento ou de resguardo até que a pandemia de Covid seja erradicada.

Também o concelho de Almada com um historial de elevado número de contágios, não destoando do resto do país, com uma larga população envelhecida, beneficiaria com a inclusão de fisioterapeutas nos grupos de apoios domiciliários para auxiliar os mais necessitados.

Posto isto, é de elementar importância que a atividade de fisioterapia deva ser valorizada e praticada pelos profissionais da respetiva área e devidamente formados para o efeito, os fisioterapeutas, com funções e missões bem específicas e bem definidas na sua área.

Considerando ainda que Portugal é entre os 28 países europeus um dos três países com um número de fisioterapeutas por 100.000 mais baixo, no sistema público de saúde, é imperativo um reforço de profissionais de fisioterapia, com o objetivo de oferecer uma melhor prestação de cuidados de saúde junto dos cidadãos considerando a importância que esta valência pode ter no garante do bem-estar na vida das pessoas.

Assim, tendo em conta os considerandos atrás mencionados e no intuito de reforçar as condições e os meios humanos e materiais para ajudar a combater o flagelo da Covid que assola o país e o concelho, nomeadamente no apoio às populações com mais necessidades de cuidados médicos e debilitadas, a Assembleia Municipal de Almada, reunida, excecionalmente, online via web, no dia 25 de fevereiro de 2021, vem por este meio deliberar:

- 1 - Reconhecer a importância que os fisioterapeutas têm enquanto profissionais na qualidade de prestadores de cuidados de saúde às populações
- 2 - Defender a inclusão de fisioterapeutas nas equipas domiciliárias de apoio a pessoas devidamente identificadas como vulneráveis e com necessidades básicas acrescidas ao nível da sua saúde, em concreto e em resultado da pandemia de Covid, como já acontece com outros profissionais de saúde tal como médicos, enfermeiros, psicólogos e animadores culturais com a finalidade de garantir um melhor acompanhamento e seu bem-estar
- 3 - Defender concretamente um maior investimento na área da fisioterapia, a fim de garantir uma gestão mais eficiente e adequada dos recursos obtendo melhores indicadores de desempenho e de resultados
- 4 - Realçar o papel interventivo que as autarquias devem ter no que se refere aos Planos Locais de Saúde e às reivindicações junto do poder central, devendo estas considerar o perfil de saúde das comunidades, uma vez que as autarquias são as estruturas que têm um conhecimento aprofundado da realidade local em razão da proximidade e interação com as populações."

6.4.4 – O Senhor Deputado Municipal Augusto António Proença (PSD) usou da palavra para apresentar a moção "Governo rejeita criação de NUT III para a Península de Setúbal";

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

7/2

No passado dia 27 de janeiro, a Ministra da Coesão Territorial rejeitou a criação de uma NUT III (Nomenclatura de Unidades Territoriais para Fins Estatísticos) para a Península de Setúbal, ao contrário do que havia afirmado em novembro passado, quando referiu que os nove concelhos da região deviam constituir-se como uma NUT III como solução para corrigir a enorme injustiça de que tem sido alvo.

A inexistência de uma NUT III específica para os concelhos abrangidos pela Península de Setúbal resulta numa tremenda discriminação negativa por se verem privados de receberem mais verbas provenientes dos fundos comunitários, com vista ao desenvolvimento social e económico desta região. Acrescenta-se que, se nada for feito num curto espaço de tempo, os concelhos de Alcochete, Almada, Barreiro, Moita, Montijo, Palmela, Seixal, Sesimbra e Setúbal continuarão integrados na atual NUTIII, o que contabiliza dados socioeconómicos da mesma área geográfica, ou seja, a Área Metropolitana de Lisboa. Assim a Península de Setúbal continuará a ter um acesso qualitativo e quantitativo inferior a outras regiões do território nacional, agravando assim as desigualdades já existentes. Por isso esta mudança de posição da Ministra da Coesão Territorial é incompreensível e contrária aos próprios valores da coesão, valores que deveria defender e não combater.

Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Almada reunida no dia 25 de fevereiro de 2021, lamenta a mudança de opinião da Ministra da Coesão Territorial, Ana Abrunhosa, de deixar cair esta proposta e exorta o Governo para que crie uma NUT III para a Península de Setúbal de forma a corrigir esta injustiça e permitir o acesso majorado a fundos comunitários por parte dos nove municípios da região em condições de igualdade com os outros municípios portugueses, uma vez que a NUT III constitui-se, segundo o acordo de parceria Portugal 2020, como uma referência territorial para a concretização de ITI (Investimentos Territoriais Integrados) através de pactos para o desenvolvimento e coesão territorial, o que permite dirigir fundos de diversos programas operacionais temáticos para financiar uma operação territorial integrada. “

6.4.5 – O Senhor Deputado Municipal José Ricardo Martins (PS) usou da palavra para apresentar um voto de saudação “Aos elementos das Corporações de Bombeiros, das Forças de Segurança e das Forças Armadas do Concelho de Almada e de todo o País”;

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Perante a maior crise de saúde pública dos últimos 100 anos, que se constituiu igualmente como uma ameaça à Segurança Nacional, foram vários os profissionais e voluntários que se colocaram na linha de frente, no apoio ao Serviço Nacional de Saúde, ao país e no serviço à comunidade. Zelar pelas nossas vidas é para estes profissionais e voluntários a mais importante de todas as missões, seja no concelho de Almada, seja noutros pontos do país.

Em Almada, devemos, em especial, um reconhecimento aos Bombeiros Voluntários de Almada, Bombeiros Voluntários de Cacilhas e aos Bombeiros Voluntários da Trafaria, por demonstrarem, mais uma vez, estarem à altura dos desafios que enfrentamos. Devemos-lhes ainda uma melhoria das suas condições de trabalho, que passará por mais equipamentos, mais meios humanos, e mais formação profissional, pelo que fez bem a Câmara de Almada ao aprovar os contratos-programa a estabelecer com as Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários e ao assegurar ainda o pagamento dos seguros de todos os bombeiros, apoiando com 1,1 milhões de euros os bombeiros do município.

Além deste reconhecimento a todos os bombeiros do concelho de Almada, é justo e também devido um agradecimento aos militares da Guarda Nacional Republicana, aos elementos da Polícia de Segurança Pública e também a Autoridade Marítima Nacional, mais concretamente à Polícia Marítima. São estas as forças de segurança que têm sido um pilar na segurança dos cidadãos, no cumprimento dos quadros legais das diversas declarações do Estado de Emergência, Contingência e Calamidade, e também no apoio logístico às estruturas de saúde.

É necessário realçar também as Forças Armadas de Portugal, nos seus três ramos: Exército, Força Área e Marinha, pelo serviço ao país, aos cidadãos portugueses e a todos aqueles que escolheram Portugal para viver. Destaque-se a Base Naval de Lisboa e os militares destacados, pelo esforço no acionamento, na Base Naval de



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Lisboa, no Laranjeiro, de uma resposta preventiva de âmbito distrital, em colaboração com Agrupamento de Centros de Saúde Almada-Seixal (ACES) e o Hospital Garcia de Orta.

Também importa destacar o meritório trabalho desenvolvido no âmbito da Comissão Municipal de Proteção Civil, que prontamente criou em março de 2021 uma sala de situação de acompanhamento da pandemia, reunindo desde então todas as semanas, na qual têm também assento as 5 Juntas de Freguesia do concelho de Almada, para além dos membros da referida Comissão, onde se incluí a Câmara Municipal e o seu Serviço Municipal de Proteção Civil, permitindo desta forma uma articulação permanente entre todas as entidades e uma célere resposta às situações que sejam sinalizadas.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida por videoconferência a 25 de fevereiro de 2021, presta a devida homenagem a todos os elementos das Corporações de Bombeiros, das Forças de Segurança e das Forças Armadas, que se mantêm na linha da frente desde o início da situação pandémica que o país atravessa, quer a nível nacional, mas em especial a nível local, num trabalho meritório que tem sido feito no âmbito da Comissão Municipal de Proteção Civil, juntamente com a Câmara Municipal e o seu Serviço Municipal de Proteção Civil, e as Juntas de Freguesia do concelho de Almada.”

6.4.6 – A Senhora Deputada Municipal Fátima Maria Marras (BE) usou da palavra para apresentar a moção/recomendação “Proteção dos direitos dos trabalhadores da cultura em crise pandémica e económica em 2021”;

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Considerando que:

I - O setor cultural foi dos primeiros a ser afetado pela pandemia de Covid-19.

II - Os Espetáculos foram cancelados, os museus fechados e os cinemas encerrados, ainda antes da declaração do primeiro Estado de Emergência, em março de 2020, já muitas autarquias e outras instituições, no seguimento das orientações das autoridades de saúde para o afastamento social, tomavam a decisão de encerrar equipamentos e cancelar atividades culturais.

III - Neste setor a precariedade laboral é a regra, as estruturas de produção são tipicamente de micro e pequena dimensão e a desproteção dos trabalhadores é total. A inexistência de um regime de trabalho e proteção social específicos para o setor revela-se particularmente penalizadora neste momento de crise.

IV - Temos uma crise social dos trabalhadores da cultura que se agrava exponencialmente em 2021, depois de 10 meses de empobrecimento e apoios sociais que não evitam a pobreza, quando existentes.

V - Deve ser garantido o acesso aos equipamentos culturais municipais por parte dos profissionais da cultura que, devido às especificidades da sua atividade - nomeadamente bailarinos e músicos -, não possam deixar de aceder aos equipamentos para ensaio ou investigação, evitando perdas potenciais de capacidade física e artística, ou mesmo o trabalho de produção ou arquivo que poderá ser necessário, garantindo as regras e indicações de distanciamento social definidas pela Direção-Geral da Saúde.

VI - O Bloco de Esquerda defende que os cancelamentos de espetáculos contratualizados, apoiados ou financiados por este município devem ser pagos a 100% do que seriam as despesas com trabalho, incluindo pagamento aos trabalhadores “externos”, independentes, assistentes de sala e trabalhadores dos serviços educativos.

VII- Mais se defende que os reagendamentos não podem ser pretexto para adiar metade dos pagamentos e, dessa forma, a própria capacidade de as pessoas fazerem face às suas necessidades básicas. VIII- Entende ainda o Bloco de Esquerda que sempre que qualquer uma das partes não pretenda o reagendamento do espetáculo, ou a sua impossibilidade não possa ser imputada ao promotor, o mesmo deve ser cancelado, garantindo o seu pagamento.

VIII- Entende ainda o Bloco de Esquerda que sempre que qualquer uma das partes não pretenda o reagendamento do espetáculo, ou a sua impossibilidade não possa ser imputada ao promotor, o mesmo deve



ser cancelado, garantindo o seu pagamento. Assim, a Assembleia Municipal de Almada reunida a 25 de fevereiro de 2021 delibera:

1 – Recomendar ao executivo que proceda ao pagamento de todos os valores devidos, em razão da atividade cancelada, remarcada ou cuja remarcação não seja possível e se dê por cancelada, a todas as pessoas, singulares ou coletivas, incluindo autores, artistas, trabalhadores e prestadores de serviços, nomeadamente assistentes de sala e trabalhadores nos serviços educativos, no valor correspondente a 100% dos custos integrais com trabalho e despesas já assumidas e nunca inferior a 75% do contratado ou previsto como se a atividade fosse realizada na data prevista para o efeito;

2 – Recomendar ao executivo que permita aos trabalhadores da cultura, incluindo durante o período de vigência do Estado de Emergência, a utilizar os equipamentos culturais Municipais deste Concelho para práticas essenciais à sua profissão que não possam ser realizadas em regime de teletrabalho, nomeadamente ensaio, investigação, produção, comunicação, arquivo.”

6.4.7 – A Senhora Deputada Municipal Inês Pezarat Bom (BE) usou da palavra para apresentar a moção “Pela melhoria da gestão dos resíduos urbanos, por uma moratória na aplicação da nova taxa de gestão de resíduos”;

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Através do Decreto-Lei nº 92/2020 de 23 de outubro foi alterada a taxa de gestão de resíduos (TGR), passando a partir de 1/1/2021 a ter um valor de 22 euros, o dobro do montante anterior. A nova taxa, que é paga pelos municípios e entidades gestoras de resíduos, é apresentada como desincentivo à incineração de lixo indiferenciado e à deposição de resíduos em aterro, que nos últimos anos aumentou acentuadamente. E ao não incidir sobre as quantidades de resíduos que são recolhidas de modo seletivo, pretende incentivar mais a separação e reciclagem de materiais.

A taxa de gestão de resíduos (TGR) vigora desde 2007 e pretende compensar os custos da gestão de resíduos e também estimular a redução da produção de resíduos, o cumprimento das metas europeias e nacionais e um ambiente mais saudável. Os dados do último Relatório Anual de Resíduos Urbanos indicam que a produção de resíduos urbanos (RU) em 2019 foi superior à do ano anterior e muito longe da meta de 410 kgs/hab.ano definida no Plano Estratégico de Gestão de Resíduos Urbanos (PERSU 2020). Mais de 45% dos resíduos urbanos biodegradáveis, como sobras de alimentação ou folhas verdes, tiveram como destino final o aterro, muito acima do objetivo de 35% previsto para 2020. E a preparação para reutilização e reciclagem foi de 41%, muito abaixo da meta de 50% de RU recicláveis.

Isto significa que a deposição em aterro (confinamento técnico) continua a ser o método de eliminação de resíduos urbanos mais utilizado no nosso país (58%). É certo que uma queixa, infundada, de operadores privados às instituições europeias para beneficiarem de fundos públicos atrasou a utilização do financiamento de 75 milhões de euros do Programa Operacional de Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR) para projetos de recolha seletiva e triagem de RU. Mas o facto de o valor da TGR ser relativamente baixo (em 2016 a TGR de deposição em aterro foi de 6,6 €/ton. e em 2020 foi de 11€/ton) não incentivou os operadores de gestão a encaminhar os resíduos para processos de tratamento e valorização ambientalmente mais adequados. Acresce que a responsabilidade principal da produção de embalagens é das empresas produtoras e distribuidoras, pelo que é necessária regulamentação para a sua redução/reutilização.

O novo valor da TGR a partir de 2021 (22 euros por tonelada) tem suscitado controvérsia. É certo que este valor se refere ao envio para aterro, sendo que a separação de resíduos, ao diminuir a quantidade de RU indiferenciados enviados para aterros, permite reduzir muito significativamente os encargos dos municípios com o tratamento dos resíduos. Mas a necessidade imperiosa das autarquias responderem à situação social causada pelo Covid-19 e a dificuldade de durante a pandemia serem implementados novos métodos de recolha e de triagem de resíduos, aconselha que o pagamento da nova taxa só passe a ser exigido no período pós-Covid 19.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada na sua reunião ordinária de 25 de fevereiro 2021, delibera:



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

1 – Defender uma moratória na aplicação da nova Taxa de Gestão de Resíduos de 22€/ton., concretizando-a só no período pós-pandemia;

2 - Instar os municípios e entidades gestoras de RU a um maior empenhamento na implementação do fluxo dos bios resíduos sem aumento dos custos de operação e a reforçar, após avaliação, métodos de recolha mais eficientes (como o porta-a-porta em zonas urbanas ou depósitos de compostagem em zonas rurais), de forma a melhorarem o seu desempenho ambiental e a reduzirem drasticamente os resíduos encaminhados para aterro;

3 – Salientar a importância de ser atribuída aos municípios, como responsáveis pelas principais operações no âmbito dos resíduos, uma comparticipação progressivamente mais elevada das receitas da TGR;

4 – Defender a substituição da tarifa dos resíduos urbanos, atualmente definida pelo consumo da água, por uma nova tarifa mais ligada à produção de resíduos, respeitando sempre a natureza de serviço público e aplicando a tarifa social automática para os resíduos, já prevista na legislação (DL nº 147/2017 de 5 de dezembro).”

6.5 – No debate usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais José António Rocha (BE), João Eduardo Geraldes (CDU), Ivan Costa Gonçalves (PS), Artur Jorge Alfama (PAN), António Francisco Salgueiro (PSD), António Pedro Maco (CDS-PP) e ainda a Senhora Presidente da Câmara.

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas para deixar aqui algumas notas sobre esta moção do Bloco de Esquerda.

Estas questões sobre a taxa de gestão de resíduos, tem sido motivo de discussão, nomeadamente na Assembleia da República, que assume inevitavelmente grande importância. Este é seguramente um tema muito sensível, acreditamos que nos preocupa a todos, exige um olhar muito sério e se não for devidamente acutelado, se não forem tomadas medidas, tende a agravar-se com proporções nefastas para o ambiente e como consequência inevitável do enorme decréscimo de qualidade na vida das populações. O que queremos dizer com isto, é que todas as medidas que sejam apresentadas com perspetiva de minorar estas sequelas, estes danos ambientais, que tanto nos prejudicam, são bem-vindas, é esse aliás, o objetivo do debate. Um dos pontos na origem da discussão sobre este aumento da taxa de gestão de resíduos, tem sido quanto pode ser eventualmente penalizador para as populações. Mas não é verdade que as autarquias sejam obrigadas a aumentar a tarifa de resíduos sólidos urbanos, à população, em consequência da alteração do valor da TGR, há inclusive autarquias que já anunciaram ou não mexer ou até descer a tarifa de resíduos sólidos urbanos, mesmo com o aumento da taxa de gestão de resíduos. Para o Bloco de Esquerda o aumento da taxa é uma inevitabilidade, é fundamental que não agrave a fatura dos utentes, a CDU, legitimamente discorda da nossa proposta e já agora dizer que, para nós também não é claro que a aplicação seja a medida mais eficaz, para a solução do problema.”

6.5.2 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Gostaria de partilhar com os Senhores/as Deputados/as Municipais relativamente a estas moções, algumas informações que me parecem pertinentes para a apreciação das mesmas.

Informar que aquilo que a Câmara Municipal tem estado a fazer, dizer que relativamente às caixas de multibanco, partilhamos da preocupação do encerramento das estruturas bancárias, não apenas dos multibancos, seja no Monte de Caparica, seja também noutras zonas do Concelho. É algo que temos acompanhado, são decisões das próprias entidades, mas, consideramos que a Câmara Municipal tem naturalmente aqui um papel a fazer e só dar nota do contato que temos tido com as entidades bancárias no sentido de tentar a que esse encerramento não ocorra.

Muito rapidamente, dizer também que relativamente à moção sobre a NUTS III, dizer que a Câmara Municipal também está a acompanhar nas várias instâncias esta criação, em que já se exprimiu a favor, mas queria deixar aqui também uma nota muito clara, sobre que esta criação da NUTS III, não pode em caso algum, significar o desvincular de uma entidade que tem sido fundamental para todos nós que é a Área Metropolitana de Lisboa. Portanto, qualquer solução que venha a ser adotada, deverá poder conciliar estas duas questões. Naturalmente,



só enquanto Presidente da Comissão Municipal da Proteção Civil, deixar aqui de facto, uma nota de reconhecimento por todo o trabalho feito não apenas no âmbito dessa Comissão Municipal de Proteção Civil, a participação de todas as Corporações de Bombeiros, Forças de Segurança, Forças Armadas do nosso Concelho, mas também todos os membros dessa Comissão, também as Uniões de Freguesia, e dizer que neste ano de pandemia, já estamos a caminhar para um ano, têm sido elementos fundamentais para a atuação do Município, para enfrentarmos os variadíssimos desafios.

Relativamente à recomendação do Bloco de Esquerda, deixar aqui uma nota. Dizer naturalmente, há um enquadramento geral legal, que o Governo estipulou muito rapidamente, indicar qual é o tipo de pagamento que pode ser feito para os espetáculos anulados ou adiados e que é muito difícil ir para além desse enquadramento legal, significaria que poderíamos vir a ser acusados em vários Municípios, é uma questão que tem sido debatida, poderia vir a ser considerado enriquecimentos em causa por parte das entidades ou um financiamento sem razão, mas dizendo isto, que a Câmara Municipal de Almada tem-se destacado por manter as atividades culturais mesmo nos períodos de maior confinamento. Lembro que fomos propulsores em difusão via streaming, lembro que fomos o 1º Município a manter por exemplo, o Festival Internacional de Almada, quando todos os Municípios estavam a anular todas as atividades. E, portanto, tem sido uma preocupação constante e tal como poderemos ver depois da atividade municipal, temos mantido uma programação cultural absolutamente permanente para que justamente não apenas para não pôr em causa o acesso à cultura, mas também para respeitar todos os compromissos que temos e temos tido com os artistas. Recordo por exemplo, o concerto do Rodrigo Leal, que muitas pessoas a certa altura até vieram criticar os montantes, era o concerto que estava previsto para a altura do 25 de Abril, nós conseguimos adiá-lo e conseguimos mantê-lo e foi um belíssimo concerto, infelizmente por streaming, mas que se manteve.

Portanto, queria dar nota neste caso e neste sentido acho que Almada pode se orgulhar de toda a sua programação cultural e do facto de não ter de facto, anulado qualquer tipo de atividade cultural, e de nunca ter deixado as Companhias e os Grupos, os Artistas, os Músicos sem qualquer apoio com anulações abruptas.

Dizer também que relativamente ao ponto 2, da parte da Câmara Municipal, que, as pessoas que estão nas salas são trabalhadores do Município, dos serviços educativos são normalmente trabalhadores dos serviços educativos e mesmo todos aqueles que por uma razão ou outra estão a recibo verde ligados a algum processo, mais uma vez aqui Almada tem mantido sempre os seus compromissos, levando aliás, a Câmara Municipal essas propostas. Portanto, deixar aqui claro nesta matéria, porque reconhecendo o mérito desta recomendação, se me permitem acho que nesta matéria Almada tem de facto, tido um comportamento exemplar.

Sobre a disponibilização dos equipamentos culturais municipais, sim, infelizmente não temos muitos, temos tentado trabalhar para ter mais equipamentos culturais municipais, disponíveis temos muito poucos, mas estão sempre naturalmente sempre que haja disponibilidade para o mesmo, os pedidos são muitos como sabem, e a própria programação municipal estão naturalmente sempre abertos a toda a comunidade artística cultural.

Por fim relativamente à taxa de gestão de resíduos, dizer que tem sido também um combate permanente deste Município, O Concelho de Almada foi inclusivamente o primeiro a levantar a questão junto da Associação Nacional de Municípios Portugueses, que não foi consultada para este diploma, e, portanto, é algo que nós também consideramos gravoso, que infelizmente a Lei de facto, obriga a que a entidade reguladora, que estes aumentos tenham que ser repetidos na fatura, acompanhando muito do que é a moção, mas dizer que infelizmente obriga, não seria correto estar a dizer que o fazemos d livre vontade e que estamos naturalmente empenhados em que a questão da TGR, percebendo a bondade da ideia. Deixar claro, que por exemplo o investimento nos bios resíduos ainda agora foi aprovada uma candidatura no montante de 3.500.000.00€ (três milhões e quinhentos mil euros) para equipar Almada de um sistema de uma rede de recolha de bio resíduos. Portanto, os investimentos estão a ser feitos e lamentamos este aumento abrupto desta taxa, pondo em causa inclusivamente os investimentos municipais.”

6.5.3 – O Senhor Deputado Municipal João Geraldes (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Para deixar algumas notas relativamente aos documentos que estamos a discutir.

A CDU a exceção do documento apresentado pelo Bloco de Esquerda, o último documento que tem a ver com a taxa geral de resíduos, votará favoravelmente todos os documentos exceto esse.

Relativamente ao documento apresentado pelo Partido Social Democrata, nós gostaríamos de sublinhar o reconhecimento que hoje foi aqui feito pelo PSD, de uma injustiça criada, precisamente por um Governo do PSD, como aliás, o Senhor Deputado Municipal do PSD já disse. Iremos naturalmente acompanhar com o nosso voto favorável o conteúdo desta moção. Entendemos, no entanto, que a parte deliberativa e é essa parte que interessa, é essa parte que nós votamos, o texto proposto ganharia se fosse mais afirmativo, pensamos que a Assembleia Municipal não deve remeter-se a uma posição de lamento face à recente decisão de recuo do Governo nesta matéria, deverá ser mais afirmativo. E, neste quadro, gostaríamos de propor ao PSD que pudesse ser introduzido no texto duas pequeninas alterações e que têm a ver com a alteração da expressão “lamenta a mudança de opinião”, e depois continuaria, que fosse substituída pela expressão “rejeita a mudança de opinião”. E a 2ª pequena alteração que gostaríamos de propor, é que a expressão “exorta o Governo” seja substituída pela expressão “exige que o Governo”. Portanto são estas alterações relativamente ao documento apresentado pelo PSD.

Relativamente ao documento apresentado pelo Partido Socialista, sobre a saudação aos elementos das Corporações de Bombeiros, Forças de Segurança e Forças Armadas, nós gostaríamos de deixar registado, que é justa esta saudação e iremos também votar favoravelmente. Consideramos justa a referência à transferência pelo Município de 1.100.000.00€ (um milhão e cem mil euros), para as Associações de Bombeiros do nosso Concelho, no âmbito dos contratos programa celebrados, que saudamos como contributo essencial para a sobrevivência e à vida normal das Associações de Bombeiros. Mas registamos também e sublinhamos, que este montante de 1.000.000.00€ (um milhão e cem mil euros), equivale aquele que era já transferido para as 3 Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários no mandato anterior, não deixando de constituir alguma estranheza, que não tenha havido por parte da Câmara Municipal de Almada a preocupação e a consequente decisão do reforço desse montante considerando o quadro de pandemia que vivemos.

Finalmente, relativamente a este texto uma questão de preciosismo formal, mas necessário. Certamente que a sala de situação criada no âmbito do Serviço Municipal de Proteção Civil, para acompanhamento das operações de combate à pandemia não foi criada no futuro. A referência que consta no texto é março de 2021, pelo que entendemos que esta referência deve ser corrigida, uma vez que o mês de março de 2021 ainda não se iniciou.

Finalmente, apenas sobre a proposta que a CDU apresentou de substituição do texto que o Bloco de Esquerda nos propõe relativo à TGR, nós temos a consciência de que o problema da gestão de resíduos sólidos, só se resolverá com uma mudança de políticas. Só se resolverá se houver uma abordagem diametralmente oposta aquela que existe hoje ao nível central, relativamente ao problema da gestão de resíduos. Designadamente, com a reversão das privatizações que foram feitas neste domínio. No entanto, entendemos que o que está neste momento em causa, com este aumento abrupto da taxa de resíduos que o Governo decidiu no final do no passado, no início do último trimestre do ano passado, o que é essencial que está em cima da mesa neste momento é efetivamente a revogação desse Decreto-Lei e regressa-se à taxa que era aplicada antes. E, portanto, é neste quadro específico, que nós apresentamos a nossa proposta de substituição do texto do Bloco de Esquerda, não esquecendo obviamente que a questão de fundo só será resolvida, obviamente, com uma alteração profunda das políticas que são neste momento prosseguidas ao nível central nesta matéria.”

6.5.4 – O Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas para dar a concordância geral por todos os documentos que foram apresentados e alguns dos documentos a Senhora Presidente da Câmara Municipal já os elencou. Apenas dar nota do seguinte: nós não podemos acompanhar a moção do Bloco de Esquerda, relativamente aos trabalhadores da cultura, não podemos acompanhar o ponto 1, porque de facto, existe um enquadramento legal específico, o código dos contratos públicos, e que prevê que quando as tarefas não sejam realizadas, sejam pagas no montante que é



1/2

inferior àquele que está referido na proposta o Bloco de Esquerda, que o pagamento se possa efetuar de forma de valor superior a 75% mesmo que o serviço não seja prestado, e, portanto, entendemos nós que esta norma contraria aquilo que está espelhado no código dos contratos e que no fundo não podemos acompanhar favoravelmente o ponto nº 1, de resto acompanhamos a moção.

Relativamente à moção da TGR, por razões que até já foram aqui explicadas nesta reunião relativamente aquilo que é a sustentabilidade ambiental, também é algo que nos preocupa, como muitas vezes é dito não existe planeta alternativo e, portanto, não pode ser mais barato enviarmos para o aterro do que reciclarmos. Agora todos sabemos as dificuldades que o país atravessa, as condicionantes que temos neste momento de COVID 19, e portanto, estamos de acordo com esta proposta e gostaria também de acrescentar que hoje uma proposta semelhante foi aprovada no Parlamento e, portanto, esta moratória vai existir, foi aprovada com o voto favorável do Partido Socialista e proposta também pelo Bloco de Esquerda e, portanto, este aumento não entrará em vigor antes de dia 1 de julho, portanto, esta proposta acaba por perder alguma atualidade, mas ainda assim, votaremos favoravelmente apesar de percebermos que o valor que é pago ou que é cobrado hoje em dia, é abaixo daquilo que é desejável tendo em conta os compromissos ambientais que PORTUGAL assumiu.

Sobre a proposta do PSD, nós somos genericamente favoráveis a que a nova NUT III seja criada na Península de Setúbal, os Deputados do Partido Socialista do Distrito de Setúbal questionam precisamente qual é que é a forma como a Comissão Europeia pretende fazer a revisão destas estruturas, todos sabemos também que a NUT III da Península de Setúbal foi eliminada pelo Governo do PSD, portanto esta mudança de posição do PSD da nossa parte é saudada e também nessa carta queria também referir que uma das questões que colocamos à Comissão Europeia, neste caso à Comissária Europeia, é no sentido também de perceber de que forma é que esta criação de NUT III pode ou não afetar a afetação dos fundos de coesão que como todos sabem são afetados neste momento tendo em conta a forma de Berlim, ou seja pelas NUT III apesar de existir depois algumas especificidades.

Mas parece-nos que a proposta genericamente é positiva, salvaguardando aquilo que a Senhora Presidente da Câmara também já referiu, ou seja, Almada não deve sair da Área Metropolitana de Lisboa, porque esta é uma estrutura fundamental para o desenvolvimento do nosso Concelho.”

6.5.5 – O Senhor Deputado Municipal Artur Alfama (PAN):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Como é habitual queremos deixar a nossa posição relativa aos vários textos que estão em apreciação.

Nós votaremos favoravelmente a quase totalidade dos textos, temos como é público e sabido um desacordo em relação à moção da TGR e desde já pedia para que o ponto nº 1 que no caso revoga e no outro caso adia, que fosse votado separadamente dos restantes pontos da proposta. Nós consideramos que esta discussão tem sido feita fundamentalmente ao lado daquilo que para nós é essencial. Nós estamos a falar de uma medida que vem incrementar em um cêntimo em cada dez quilos de lixo a taxa de resíduos. Faz um pouco lembrar a discussão do IMI em que perdemos ou investimos apaixonadamente aquilo que depois para o bolso dos agregados familiares representa oitenta cêntimos por mês. Aqui é um cêntimo para cada dez quilos de resíduos. Mas mais, Portugal tem neste momento onze euros de taxa para cada tonelada, sendo que a média da União Europeia é de oitenta euros. Isto como todos nós sabemos, vendo e sob a perspetiva económica, muitas vezes faz o raciocínio sobre a atração do investimento, como é que podemos atrair investimento, como é que podemos ter medidas fiscais que beneficia determinados setores, no lixo estamos muito bem. Porque de facto, Portugal tem a este nível uma taxa altamente atraente para este setor. Por outro lado, as metas de reciclagem, em contraponto estão nas ruas da amargura como sabemos. E medidas como esta, sinais como este, que damos à população, porque fazer lixo é uma questão menos importante ou que este cêntimo que as pessoas vão pagar a cada dez quilos de lixo, depois podemos criticar a forma, o método de calculo, porque não é isso que está em causa, mas no fundo a mensagem que se passa aos cidadãos, de que este cêntimo é fundamental para a nossa sustentabilidade financeira em contexto de pandemia, achamos que é de facto uma má mensagem, do ponto de vista financeiro, não é importante e do ponto de vista económico é desastroso. São várias as associações e



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

movimentos ambientalistas, que defendem o lucro deste aumento há vários anos, porque uma vez mais sublinho, Portugal tem onze euros de taxa por tonelada, a média europeia é de oitenta euros por tonelada. Portugal está a transformar-se no aterro sanitário da Europa, não contem com o PAN para isso.”

6.5.6 – O Senhor Deputado Municipal António Francisco Salgueiro (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente à recomendação do PAN, sobre a elaboração do Regulamento sobre o Bem-Estar Animal do Município de Almada, informamos que vamos votar a favor.

Votaremos também a favor das moções do CDS-PP relativas à reposição das caixas de multibanco em Almada Velha e à inclusão de fisioterapeutas nas equipas de apoio domiciliário, apesar de considerarmos neste último caso, a responsabilidade não é da Câmara Municipal.

Votaremos igualmente a favor do voto de saudação do PS aos membros das Corporações de Bombeiros, das Forças de Segurança e das Forças Armadas e a sua atuação durante a pandemia.

Sobre a recomendação do Bloco de Esquerda sobre os direitos dos trabalhadores da cultura, consideramos que a Lei já estabelece em concreto as medidas excecionais temporárias de resposta à pandemia e muito em especial no que concerne aos espetáculos não realizados. Aliás, todos sabemos que desde há um ano, a Direção Geral da Saúde recomendou o cancelamento de todos os eventos de massas com o grande objetivo de evitar a propagação e transmissão do vírus, especialmente os espaços confinados. Esta medida levou a que inúmeros espetáculos fossem cancelados ou reagendados. Para salvaguardar os direitos dos trabalhadores, a Lei estabelece os critérios de apoio no que respeita às medidas excecionais. Nesse sentido, e pelas informações que dispomos e reiteradas agora também há pouco, pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, a Câmara Municipal de Almada cumpriu com todos os compromissos assumidos na área cultural, mas também em outras áreas.

Relativamente ao ponto 2 e compreendendo a bondade da proposta e a necessidade dos agentes culturais, lembro que estamos em Estado de Emergência e de confinamento, e, portanto, não percebemos bem, como quer o Bloco de Esquerda, que a Câmara Municipal não respeite esse mesmo Estado de Emergência e confinamento, ao querer abrir para já os equipamentos aos agentes culturais. Provavelmente esta recomendação apresenta-se contrária à Lei e daí o nosso voto contra este documento.

No que respeita à moção do Bloco de Esquerda sobre a aplicação da moratória sobre as taxas de gestão de resíduos e tendo em conta de facto, da aprovação hoje na Assembleia da República, votaremos a favor.

Eu quero aqui também dizer, que relativamente à proposta da CDU de alteração à moção que apresentamos, aceitamos as propostas de alterações.”

6.5.7 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas para dar indicação que o CDS-PP vai votar favoravelmente todos os documentos com uma exceção, vai se abster relativamente à moção do Bloco de Esquerda relativamente à cultura no Concelho. Portanto, depois de uma análise aprofundada do documento, e partindo do princípio de alguns argumentos que foram aqui considerados, não nos opomos, vamo-nos abster.”

6.5.1 – O Senhor Deputado Municipal João Geraldês (CDU), em nome do Grupo Municipal da CDU, apresentou uma proposta da alteração da moção apresentada pelo Grupo Municipal do BE “Pela melhoria da gestão dos resíduos urbanos, por uma moratória na aplicação da nova taxa de gestão de resíduos”. O Senhor Deputado Municipal José Rocha (BE), em nome do Grupo Municipal do BE, declarou que, nos termos regimentais, não aceita a integrar a proposta no seu documento, embora não se oponha a que o documento seja colocado a votação da Assembleia.



6.6 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação nominal dos documentos, tendo-se apurado os seguintes resultados:

6.6.1 – A moção/recomendação “Elaboração do Regulamento de Saúde e Bem-Estar Animal do Município de Almada” foi aprovada por unanimidade.

6.6.2 – A moção/saudação “Pela reposição de caixas automáticas de Multibancos em Almada Velha” foi aprovada por unanimidade.

6.6.3 – A moção “Inclusão de Fisioterapeutas nas equipas de apoio domiciliário e reconhecimento da importância destes profissionais de saúde na qualidade de vida das pessoas nomeadamente na situação de pandemia” foi aprovada por unanimidade.

6.6.4 – A recomendação “Governo rejeita criação de NUT III para a Península de Setúbal” foi aprovada por unanimidade.

6.6.5 – O voto de saudação “Aos elementos das Corporações de Bombeiros, das Forças de Segurança e das Forças Armadas do Concelho de Almada e de todo o País” foi aprovada por unanimidade

6.6.6 – A moção/recomendação “Proteção dos direitos dos trabalhadores da cultura em crise pandémica e económica em 2021” foi aprovada na sua totalidade por maioria, tendo sido votada ponto por ponto, verificando-se os seguintes resultados:

6.6.6.1 – Os considerandos e o ponto 2 foram aprovados por maioria com 33 votos a favor, sendo 14 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU, incluindo os Senhores Presidentes das Uniãos de Freguesia que o integram, 13 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os Senhores Presidentes da União de Freguesia e Junta de Freguesia que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 do eleito do PAN, 1 do Senhor Deputado Municipal Independente Carlos Guedes e 1 da Senhora Deputada Municipal Independente Sílvia Sousa; 4 votos contra dos eleitos do Grupo Municipal do PSD; 1 abstenção do eleito do CDS-PP.

6.6.6.1 – O ponto 1 foi aprovado por maioria com 19 votos a favor, sendo 14 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU, incluindo os Senhores Presidentes das Uniãos de Freguesia que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 do eleito do PAN e 1 do Senhor Deputado Municipal Independente Carlos Guedes; 18 votos contra dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os Senhores Presidentes da União de Freguesias e Junta de freguesia que o integram, 4 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 1 da Senhora Deputada Municipal Independente Sílvia Sousa; 1 abstenção do eleito do CDS-PP.

6.6.7 – De acordo com a determinação regimental, foi votada primeiramente a proposta de alteração da moção “Pela melhoria da gestão dos resíduos urbanos, por uma moratória na aplicação da nova taxa de gestão de resíduos”, o que foi feito ponto por ponto, tendo-se verificado o seguinte resultado:

6.6.7.1 – A proposta de alteração dos considerandos e dos pontos 2, 3 e 4 da CDU foi rejeitada por maioria, com 23 votos contra, sendo 13 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os Senhores Presidentes da União de Freguesia e Junta de freguesia que o integram, 4 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 do eleito do PAN, 1 do eleito do CDS-PP e 1 da Senhora Deputada Municipal Independente Sílvia Sousa; 15 votos a favor, sendo 14 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU, incluindo os senhores Presidentes das Uniãos de Freguesia que o integram e 1 do Senhor Deputado Municipal Independente Carlos Guedes.

6.6.7.2 – A proposta de alteração do ponto 1 foi aprovada por maioria com 21 votos a favor, sendo 14 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU, incluindo os senhores Presidentes da União de freguesias que o integram, 4 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 1 do eleito do CDS-PP, 1 do Senhor Deputado Municipal Independente Carlos Guedes e 1 da Senhora Deputada Municipal Independente Sílvia Sousa; e 17 votos contra, sendo 13 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os Senhores Presidentes da União de Freguesia e Junta de Freguesia que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE e 1 do eleito do PAN.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

6.6.7.3 – De seguida procedeu-se votação do documento original da moção, “Pela melhoria da gestão dos resíduos urbanos, por uma moratória na aplicação da nova taxa de gestão de resíduos”, com integração do ponto 1 conforme à proposta de alteração da CDU aprovada anteriormente. A votação ocorreu ponto por ponto, tendo-se verificado os seguintes resultados:

6.6.7.3.1 – Os considerandos foram aprovados por maioria com 37 votos a favor, sendo 14 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU, incluindo os Senhores Presidentes das Uniões de Freguesia que o integram, 13 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os Senhores Presidentes da União de Freguesia e Junta de freguesia que o integram, 4 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 do eleito da CDS-PP, 1 do Senhor Deputado Municipal Independente Carlos Guedes e 1 da Senhora Deputada Municipal Independente Sílvia Sousa; e 1 voto contra do eleito do PAN.

6.6.7.3.2 – O ponto 1, com a integração da proposta alteração da CDU, foi aprovado por maioria com 21 votos a favor, sendo 14 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU, incluindo os senhores Presidentes da União de freguesias que o integram, 4 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 1 do eleito do CDS-PP, 1 do Senhor Deputado Municipal Independente Carlos Guedes e 1 da Senhora Deputada Municipal Independente Sílvia Sousa; 17 votos contra sendo 13 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os Senhores Presidentes da União de Freguesia e Junta de Freguesia que o integram; 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE e 1 do eleito do PAN.

6.6.7.3.3 – Os pontos 2 e 3 foram aprovados por unanimidade.

6.6.7.3.4- O ponto 4 foi rejeitado por maioria, com 15 votos contra, sendo 14 dos leitos do Grupo Municipal da CDU, incluindo os Senhores Presidentes das Uniões de Freguesia que o integram e 1 do Senhor Deputado Municipal Independente Carlos Guedes; 5 votos a favor, sendo 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 do eleito do PAN e 1 do eleito do CDS-PP; e 18 abstenções sendo 13 do Grupo Municipal do PS, incluindo os senhores Presidentes da União de Freguesia e Junta de freguesia que o integram, 4 do Grupo Municipal do PSD e 1 da Senhor Deputada Municipal Independente Sílvia Sousa.

6.7 – O Senhor Deputado Municipal Artur Alfama (PAN) e o Senhor Deputado Municipal José Rocha (BE) declararam que apresentariam declarações de voto por escrito.

6.7.1 – O Senhor Deputado Municipal Artur Alfama (PAN):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais,

Portugal tem falhado todas as metas nacionais e europeias na redução da produção de resíduos e de taxas de reciclagem.

A taxa de gestão de resíduos (“TGR”) é um instrumento importantíssimo para desincentivar a deposição de resíduos em aterro e a sua incineração. Uma TGR equilibrada e justa estimula as autarquias a investir em políticas sérias de reciclagem. Sem qualquer base em termos de comparação europeia, onde esta taxa tem um valor médio de 80 euros, o incremento aprovado que estes partidos agora diabolizam, cifra-se em 0,011 euros por cada kg de lixo produzido.

Se os municípios cumprirem com as suas responsabilidades na gestão dos resíduos, vão investir em mecanismos que incentivem a redução da produção de resíduos indiferenciados, a sua correta triagem e o devido seguimento para reciclagem. Ao fazê-lo, vão encaminhar menos resíduos para aterro e incineração e a fatura da taxa de gestão de resíduos desce. O aumento da taxa só representa um aumento da fatura para os municípios quando os resíduos são depositados sem separação, independentemente do seu destino.

Mas mais. Foi aprovado, no Orçamento do Estado para 2021, que 30% do aumento do valor da TGR seja devolvido aos municípios, mediante a realização de investimentos na área dos resíduos, premiando uma vez mais os bons desempenhos. Mais uma razão, por isso, para que não se pretenda a revogação do aumento da TGR.”

6.7.2 – O Senhor Deputado Municipal José Rocha (BE):



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais,

Sobre a criação de uma NUTS III para repor justiça no acesso dos municípios da Península de Setúbal a fundos europeus

Ao longo dos anos o Bloco de Esquerda tem sido solidário com a reivindicação de autarcas, empresários e intervenientes no tecido social e económico da região por melhores regras de acesso da Península de Setúbal aos quadros comunitários de apoio. A razão é evidente: a pertença da Península de Setúbal à mesma Unidade Territorial para Fins Estatísticos (NUTS) de Lisboa impede que a nossa região, mais periférica e mais pobre do que a capital, tenha acesso a condições mais favoráveis nos fundos europeus necessários para projetos de desenvolvimento económico e social.

Além do diagnóstico, que identifica a injustiça, a solução também parece recolher apoio maioritário na região: a recuperação de uma NUTS III autónoma incluindo os nove concelhos: Alcochete, Almada, Barreiro, Moita, Montijo, Palmela, Sesimbra, Setúbal e Seixal.

No entanto, é importante lembrar que o acesso a fundos europeus não é a única razão pela qual a Península de Setúbal sofre de problemas estruturais como a falta de transportes coletivos públicos de qualidade e tendencialmente gratuito, a dificuldade na mobilidade inter-concelhia, as debilidades na proteção ambiental, a desorganização urbanística, a grave emergência habitacional ou baixos níveis de acesso a cuidados de saúde primários, a par da fragilidade social que se revela em taxas de pobreza, desemprego e até de violência doméstica, superiores às de Lisboa.”

Tanto o Partido Socialista, agora com mais responsabilidades governativas, como o Partido Social Democrata têm feito do acesso aos fundos comunitários o alfa e o ómega do desenvolvimento da região, sem assumirem responsabilidades pela privatização ou quasi-desmantelamento de empresas estratégicas como o Arsenal do Alfeite ou a EMEF (para não ir mais atrás); pela ausência de uma política de portos coerente; pelos atrasos persistentes em grandes investimentos como o Hospital do Seixal, a ponte Seixal-Barreiro ou a expansão do Metro Sul do Tejo (só para citar alguns); pela explosão de precariedade numa área industrial que em tempos orgulhou as lutas operárias; pela irresponsabilidade de investimentos avulsos e de curto-prazo como a construção de um aeroporto no Montijo.

Regressando à questão das NUTS, também aqui é preciso memória. Desde logo, para lembrar que a integração da Península de Setúbal na região mais rica do país foi feita a pedido do Governo PSD/CDS sem o acordo dos municípios da região, uma decisão que não tem merecido o devido reconhecimento por parte dos autarcas destes partidos que agora reivindicam a sua reversão.

Por outro lado, ao longo dos últimos anos, e não obstante todos os pedidos de esclarecimento e declarações de intenções de autarcas e deputados do PS eleitos por Setúbal, o Governo de António Costa não se comprometeu em fazer chegar esta reivindicação a Bruxelas. Em 2017, o ex-Ministro do Planeamento Pedro Marques declarou que a pretensão era impossível à luz das regras de Bruxelas, tendo sido desmentido por representante da Comissão Elisa Ferreira quando respondeu que cabe aos Estados-membro iniciar o processo de mudança e que “nenhum pedido foi submetido por Portugal nesse sentido aos serviços da Comissão no prazo regulamentar previsto - até 1 de fevereiro de 2019”.

No final de 2020, a Ministra da Coesão, Ana Abrunhosa, considerou que era urgente constituir a NUT III. No entanto, já em janeiro de 2021 defendeu uma “nova estratégia “específica e especial para a Península de Setúbal, sem necessidade da criação de uma NUT III” e que “qualquer alteração a ser feita às NUT não seria feita em tempo útil para aplicar ao Portugal 2030”.

Depois de tantos avanços e recuos, é tempo de tomar uma posição firme. O Bloco de Esquerda considera que a reivindicação dos municípios da Península de Setúbal para a constituição de NUTS autónoma que permita reforçar o acesso a fundos europeus é justa e merece apoio. Essa alteração não deve pôr em causa a articulação estratégica no âmbito da Área Metropolitana de Lisboa, nem se substituir às responsabilidades de investimento público que têm falhado em sucessivos governos, pelo contrário, deve promover a coesão com políticas de igualdade e reforço do investimento público.”



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

8 – Tendo-se atingido a hora regimental de termo da reunião, sendo cerca das 01H00, deu-se por concluída a reunião, prosseguindo os trabalhos no dia 3 de março às 21H15 por videoconferência.

9 – Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a participação na Reunião da Senhora Presidente da Câmara Municipal e dos/as Vereadores/as Senhores/as João Couvaneiro, Francisca Parreira, Teodolinda Silveira, Nuno Matias, Miguel Salvado, Joaquim Judas, José Gonçalves, Amélia Pardal, António Matos e Luís Filipe Pereira.

10 – A reunião foi transmitida em streaming na página do Youtube da Câmara Municipal.

11 - Por ser verdade se elaborou a presente Ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE

O 1º SECRETÁRIO

A 2ª SECRETÁRIA